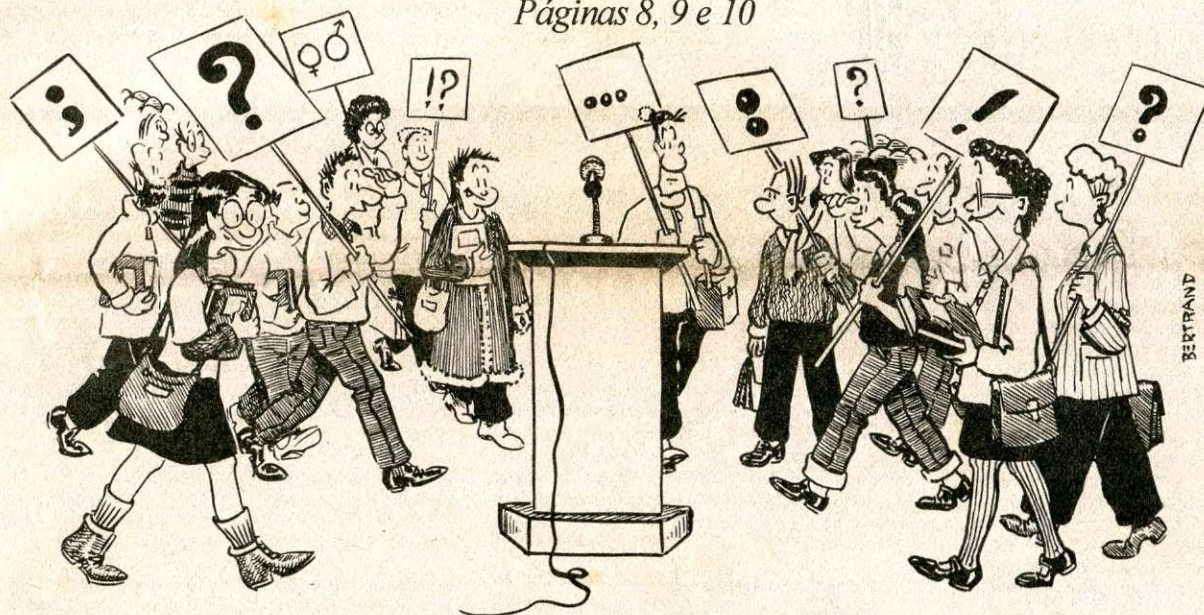


Congresso Nacional

Representantes de todo o país se reúnem em Campos do Jordão

Já está tudo pronto. Em agosto, os delegados regionais decidem as diretrizes de ação para os psicólogos do Brasil. Serão 4 dias de debates e espera-se mudanças profundas na organização política dos psicólogos, na formação profissional e no exercício profissional. Veja as expectativas dos outros Regionais, para o Congresso.

Páginas 8, 9 e 10



Prefeitura de São Paulo exclui psicólogo de concurso público

Reestruturação do quadro funcional da Secretaria de Promoção e Bem-Estar Social impede que psicólogos façam concurso para o cargo de diretores de creche. A decisão é extensiva a profissionais que já ocupam o cargo.

Página 13

Congresso Regional

A posição da gestão Psicologia e Cidadania

Conselho Regional quer manter psicólogos da 6ª região mobilizados para encaminhar questões definidas no encontro de maio. Conselheiros fazem avaliação das teses aprovadas e um balanço da organização do congresso.

Páginas 6 e 7

Psicologia clínica e clinicalismo

Reportagem sobre clinicalismo gera repercussão entre profissionais da área. Equipe editorial comenta cartas à redação e convida a todos para debate sobre o tema.

Páginas 14 e 15



Recadastramento

Formulários já foram enviados.

Página 10

CRP estuda convênio com USP

Um acordo de intenções entre o Conselho Regional e a Comissão de Graduação da USP pretende estabelecer regras para a validação de diplomas estrangeiros em São Paulo. As instituições querem rever papéis e facilitar os processos.

Página 13

Descriminalização das drogas

Projetos propõem mudanças na lei que trata do uso e tráfico de drogas. O tratamento diferenciado entre traficante e usuário representa possibilidade de modernização no trato do assunto no Brasil. De acordo com um dos projetos, do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), devem ser criados programas preventivos e informativos sobre o assunto.

Página 15

Congresso Nacional: avançar é preciso

Neste ano, a passagem do dia do psicólogo (27 de agosto) transcorrerá durante a realização do Congresso Nacional da Psicologia (25 a 28 de agosto).

As expectativas que revestem esse evento nacional exigem de todos nós uma acurada reflexão sobre a responsabilidade que repousa sobre os 40 delegados do CRP-06, eleitos no Congresso Regional de maio último.

A análise das teses aprovadas nos Congressos Regionais, realizados em todo o país, indica que questões tão cruciais quanto polêmicas deverão ser tratadas no Congresso Nacional.

No âmbito da organização política são destacáveis duas posições: uma que pretende introduzir modificações substanciais com relação à atual estrutura do CFP e CRP's, convertendo-os em uma entidade de fato nacional - em lugar do caráter federal vigente -, organicamente articulados; a eleição de chapa e programas nacionais, tendo como base da organização política os Estados; a ênfase do papel orientador sobre o papel fiscalizador dos conselhos; preservação da natureza pública da entidade. A outra, procurará manter as coisas exatamente do jeito que estão ou introduzir modificações periféricas, de maneira a perpetuar uma estrutura pesada, burocrática e incompatível com os necessários ajustamentos à dinâmica social.

Quanto à formação profissional, deverão ser respondidas indagações das seguintes ordens: Como proceder às modificações estruturais dos cursos de psicologia, ainda tributários da legislação educacional e da ditadura que promoveu a desqualificação da formação profissional no país? Deve ser adotado um currículo mínimo ou um currículo pleno? O currículo mínimo vigente deve ser modificado, ou ele não tem sido empecilho para a organização dos cursos de psicologia? De que forma conter a proliferação desordenada dos cursos de psicologia? Como garantir uma formação profissional de qualidade? Quais são as relações do Conselho de Psicologia com as instituições formadoras?

Na esfera do exercício profissional, a diversificação do campo profissional suscitará por certo consensos importantes como aqueles relativos à revisão dos códigos de ética do psicólogo e do processamento disciplinar à luz da legislação conexa; abertura do conselhos para as organizações da sociedade civil, inclusive em relação aos processos éticos; a interferência dos conselhos nas políticas sociais da educação, infância e adolescência, justiça, saúde etc.

A par desses consensos, porém, serão calorosos os debates sobre o corporativismo e a sua

antítese, a especificidade do trabalho do psicólogo, a definição do psicólogo como profissional da saúde, o papel dos conselhos, dos sindicatos e das associações de psicólogos, entre outros.

Especialmente as relações entre os conselhos e os sindicatos merecem destaque porque há uma certa recusa não explicitada de que essas entidades articulem-se e estabeleçam com clareza planos de trabalho, de médio e longo prazos. Defender a plenitude da organização social e identificar que é tangível o fortalecimento recíproco dos conselhos e sindicatos não serão tarefas fáceis.

De sua parte, o CRP-06 tem procurado contribuir para a coesão exigível na ação dos delegados.

Duas ordens de questões são nesse sentido destacáveis. A primeira refere-se aos desdobramentos das decisões do Congresso Regional. É imprescindível que a nossa delegação dê consistência às teses aprovadas, até para que elas ganhem corpo, analisando os princípios que as informam, aprimorando os seus fundamentos, delineando as suas conseqüências, articulando-as entre si e distinguindo as decisões centrais das periféricas.

Tarefa sem dúvida difícil, mas que, se não for bem cumprida, por certo comprometerá a necessária coesão que garanta a ação dos delegados.

A segunda ordem de questões incide sobre a realização propriamente dita do Congresso Nacional. Aqui também o esforço dos delegados da região do CRP-06 será decisivo, porque implicará a capacidade de fundir as nossas deliberações com aquelas aprovadas nos outros Congressos Regionais, e separá-las quando elas forem antagônicas para, além disso, discernir com clareza o que é modificável e o que é inalterável nas decisões aqui tomadas, sempre visando a difícil e laboriosa construção de propostas que consubstanciem a mudança de rumos dos Conselhos de Psicologia do país.

Alterar substancialmente a organização política, criando uma entidade nacional que construa de fato relações orgânicas entre Conselhos Nacional e Regionais, ao mesmo tempo que fortaleça as regiões do país, aprovar proposições que incisivamente procurem qualificar a formação profissional e garantir a especificidade do trabalho profissional do psicólogo sem recair nos funestos corporativismos, são alguns dos pilares que devem sustentar os novos caminhos.

De outra forma, um empreendimento como esse levará um longo tempo para ser recuperado: Há que serem evitadas as pressas demasiadas, as divergências secundárias, as obnublações momentâneas e os exageros que somente contribuirão para as coisas permanecerem exatamente como estão.

CARTAS

Silvia Leser

Ao ler a entrevista com a professora Silvia Leser, na última edição do Jornal do CRP, evocou-me uma inquietação pessoal, enquanto docente de psicologia. O trabalho docente demanda também uma preocupação relativa aos limites de trabalho do psicólogo e à ética necessária em sua atuação.

Acredito que a proposta de discussão, nas faculdades de psicologia, dos limites profissionais e da própria realidade com a qual o aluno se deparará, é fator imprescindível para o aprimoramento ético.

Vejo um aspecto positivo no fato de os psicólogos estarem buscando a pós-graduação na universidade, pois esta passa a ser um lugar que favorece o compartilhamento das experiências e que atende psicólogos que trabalham e também pesquisam diariamente. Que prática e teoria possam andar juntas, uma favorecendo o desenvolvimento da outra. Talvez seja esta uma maneira de a universidade sair de si mesma, preocupação esta da diretoria do IP-USP.

Miriam Benatto de Oliveira
CRP 06/36303-3

Clinicalismo

Causou-nos estranheza a forma como foi conduzida a matéria "O isolamento dos clínicos" publicada na página 7 (...) da edição de março/abril do Jornal do CRP. (...) Entendemos que a matéria, se não beira a ingenuidade e desinformação, (...) beira a má-fé. A abordagem correta seria ter dado voz às várias linhas de pensamento e experiências de profissionais da área clínica.

Além de tendenciosa, a matéria também traz pouco ou nenhum embasamento técnico. (...) Em que se baseia a afirmação de que os consultórios estão vazios? E se realmente estão, seria no país todo, em alguma região, onde?

Também discordamos de se "culpar" a psicologia clínica pelos insucessos profissionais dos psicólogos. (...) A matéria deveria considerar o número de profissionais formados anualmente pelas faculdades de psicologia no Brasil. Não é só o psicólogo que está desempregado, ou longe do seu mercado de trabalho e, olhem, a culpa não é da "clínica".

Sobre a formação profissional (...) se há um "clinicalismo" nas faculdades, porque não lutar por um mercado de trabalho mais "claro", com melhores salários? Talvez o formando procure a prática clínica por não encontrar respaldo fora da faculdade para atuar em hospitais, comunidades, escolas, etc.

Discordamos da afirmação de que a psicologia clínica está em decadência. E isso nós afirmamos baseados em casos concretos: os nossos. Mas nós só conseguimos reconhecimento profissional e uma conseqüente procura pelos clientes através de longos anos de dedicação, trabalho e contínuos estudos, como de especializações, etc.

Também não aceitamos a afirmação de que o nosso mercado de trabalho é o próprio psicólogo e que nos aproveitamos das "frustrações que a profissão impõe" para fazermos de um colega uma "presa fácil". Se profissionais mais experientes atendem colegas, essa é uma prática sem nenhum problema, porque psicólogos também são seres humanos e possuem dificuldades dos mais variados tipos.

Gostariamos de deixar claro que não estamos deitados em "berço esplêndido". Há muita coisa a ser melhorada na prática clínica, assim como em todas as outras "áreas". ... Se a psicologia clínica acabar, ficará uma lacuna tão grande na prática psicológica, que talvez ela própria sucumba. Seria bom lembrar que muitas das teorias e técnicas psicológicas nasceram e se desenvolveram da prática clínica, em consultórios ou não.

Fátima G. Bastos / Maria C. Cury / Marly R. Godoy
Maria L. Mueber (prs. Ass. Psic. Bauru)
Ana Celina Guimarães / Zilá Domingues
Denilva Peiola / Vera Lúcia Souza / Raquel G. Mitelmo
Carmem M. Bueno / Angélica Chistino

Foi com in-grata surpresa que li a sinopse de minha correspondência onde comento o artigo "A decadência do clinicalismo" - é imperativo repensar a prática clínica", publicada na edição número 87 do Jornal do CRP. Minha in-grata surpresa se deve ao fato de que a sinopse publicada não apresenta adequadamente o conteúdo e sentido do que propus para reflexão e discussão. Dessa forma, solicito que na próxima edição

seja publicada a versão integral de minha correspondência, com o objetivo de que eventualmente se venha ampliar e clarificar a temática abordada no referido artigo, objetivo este a meu ver imperativo neste momento limiar de uma nova etapa no processo histórico de nosso povo.

Uriel de Carvalho
CRP 06/42.488-6

Resposta da redação - O Jornal do CRP recebe uma expressiva correspondência a cada mês. Como é impossível a publicação de todas as cartas na íntegra, foi necessário estabelecer critérios para a publicação do maior número possível de opiniões. Por isso, a redação reserva o direito de publicar as cartas resumidamente, selecionando apenas alguns trechos que considera significativos.

Clinicalismo/ indústria do ensino

No sentido de manifestar a posição dos psicólogos que compõem a Clínica Psicológica "Ana Maria Poppovic" e o departamento de psicodinâmica da PUC-SP, passamos a apresentar nossas opiniões quanto à posição que vem sendo defendida por este jornal há algum tempo. Estas posições se encontram exemplarmente expressas nos artigos "Decadência do clinicalismo" e "A indústria esperta do ensino".

A afirmação de que "novas oportunidades de trabalho, que têm surgido por todos os lados, atraem timidamente os psicólogos", é amplamente questionável, ... as vagas oferecidas nos concursos se contam pela ordem da dezena e os candidatos inscritos situam-se em geral em torno de dois ou três mil.

O articulista parece ignorar que a maioria das escolas e correntes psicológicas se originou do trabalho psicoterapêutico e tem esse campo por objeto e área de aplicação. Independentemente das vicissitudes pelas quais possa passar o mercado de trabalho (...) existe um interesse legítimo pelo estudo e a pesquisa referentes a fenômenos ligados à atividade clínica, bem como respectivos autores e teorias.

A idéia de que a atividade clínica isola o psicólogo e o torna insensível às questões sociais "favorece o

individualismo e dificulta a troca, principalmente quanto às questões políticas", chega a ser caricatural. A natureza de atividades exercidas pelo profissional liberal não prejudica absolutamente acerca de suas convicções políticas.

Por outro lado deve-se reconhecer que o "envolvimento desses profissionais com as questões políticas do país" é assunto que diz respeito unicamente à consciência do cidadão. Em seu trabalho, o psicólogo deve isentar-se de qualquer tipo de proselitismo: esse é um papel que cabe legitimamente ao militante que o psicólogo pode ser, se quiser, como cidadão, mas não enquanto profissional.

Trabalhar com o fenômeno psicológico em diferentes locais de trabalho cria novas perspectivas de trabalho, mas este não é restringido ou definido pela instituição em que se trabalha. A especificidade do trabalho se dá no campo do psíquico e não das instituições.

A sugestão de que "os psicólogos mais experientes" constituem uma categoria vampíresca em relação aos colegas desempregados conduzidos obrigatoriamente ao divã pela frustração profissional (...) mostra que se o articulista conhece muito mal tanto a população que recorre à psicoterapia como a complexidade da motivação subjacente à demanda, pior ainda é sua lógica: segundo sua argumentação, psicólogos desempregados ou mal remunerados constituiriam o melhor mercado dos marajás do consultório.

Quanto à tese de que os cursos de psicologia frustram "muito convenientemente" os graduados para alimentar os cursos de especialização pós-universitários, pode-se dizer que oscila entre a calúnia e uma incompreensão que é alarmante. ... essa afirmação pode ser estendida ao sistema educacional brasileiro em geral. (...) a necessidade de especialização é igualmente geral e está inevitavelmente ligada ao desenvolvimento científico...

De maneira geral, pode-se dizer que os artigos mencionados tratam de questões muito sérias através de uma argumentação que reflete um despreparo mais sério ainda.

Marcia Amadeu Bragante
Chefe da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic
da PUC-SP

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lúcia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho, Cláudia Maria Sodrê Vieira, Vera do Vale (efetivos). Cássia Regina Rodrigues, Erane

Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Othon Vieira Neto (suplentes).
Comissões: comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Maria Silvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis
Editora: Juliana Motta
Produção e Edição de Textos: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta e Lúcia Cruz
Revisão: Arlette M. Maciel
Fotografias: Marcia Zoet
Diagram./Editoração Eletrônica: Baroni Studio
Fotolito e Impressão: Gráfica do Sindicato dos Bancários

Tiragem: 36.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP -
Cep 04038-004 - Fone: (011) 574 7133
Fax: (011) 575 0857

A autarquia em questão

Na opinião do psicólogo e educador, o processo constituinte abre perspectivas inéditas para a categoria. Ele defende, no entanto, que para construir uma entidade forte e autônoma, é preciso muita maturidade dos profissionais, além da abetura de canais permanentes de participação.

O professor Sérgio Leite esteve presente no movimento de organização da categoria dos psicólogos desde o final dos anos 70, quando participou do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e da chapa que assumiu o Conselho Regional, em oposição aos grupos que até então estavam na direção das entidades. À frente das Comissões de Psicologia Escolar e Ensino, acumulou grande experiência na luta organizativa, tendo sido indicado para ocupar também uma vaga no Conselho Federal. Como membro do CFP ajudou a organizar o Congresso Unificado de 1989, na sua opinião "um preâmbulo do processo constituinte que a categoria está vivendo hoje". Participou também do Congresso Regional da 6ª Região como delegado.

Profissionalmente, sempre atuou na área da educação. Hoje é professor do departamento de psicologia educacional da Faculdade de Educação da Unicamp. Atua também na rede de ensino público, onde atualmente coordena projeto de alfabetização da Delegacia Regional de Ensino. Foi na condição de profissional engajado nas lutas mais significativas da categoria e militante com compromisso histórico com as entidades representativas dos psicólogos, que o CRP o convidou para esta conversa, em que faz uma avaliação do processo constituinte e das propostas aprovadas no Congresso Regional da Psicologia.

CRP - Inicialmente, o senhor poderia fazer uma síntese geral do Congresso Regional e das teses aprovadas?

Sérgio - Na linha de participação, acho que nunca tivemos em São Paulo um processo como esse. O fato em si da categoria estar discutindo a autarquia (Conselho), sem dúvida alguma é um grande avanço. Por sinal, eu estou pressupondo que existe uma questão sobre a qual é consenso: eu acho que todo mundo concorda que é necessário mudar a própria autarquia. Talvez uns querendo mais outros menos, mas eu até hoje não vi ninguém que diga para deixar como está, dada a história de ser uma autarquia que foi criada na época que foi (1974), que foi criada fundamentalmente em função da defesa de interesses e que sempre esteve ligada com a questão do corporativismo. A própria estrutura sempre trouxe isso nela e a gente foi cada vez mais descobrindo isso. Mas não basta que haja uma intenção, é preciso que essa intenção se revele em termos de propostas, através de uma forma de organização mais voltada para a questão

social. E isso aparece nas teses aprovadas, a preocupação de que os Conselhos pelo menos se formem como instituição de defesa da sociedade e não de uma corporação. Isto está escrito e tem que ser valorizado.

Na primeira parte dos princípios, dá para identificar que há princípios de natureza externa à categoria, quando se fala, por exemplo, em influir na formação das políticas públicas, e questões sociais relacionadas com a condição de vida da população. Esse é um princípio que hoje está assumido abertamente. Isso é fundamental. Eu acho que esse é o eixo. É o básico. E há princípios de natureza interna, como a proposta do Congresso Nacional e a revisão do papel do Conselho, colocando-o muito menos como fiscalizador e muito mais como orientador, catalizador e facilitador. Isso me parece um avanço.

Quando eu li esses princípios, a minha grande dúvida foi em relação à questão ética, que não aparece. O documento fala no princípio de que o Conselho deve desempenhar um papel norteador, catalisador e facilitador. A minha pergunta é: e a questão ética, como é que vai ficar? O Conselho vai abrir mão de ser o fórum de julgamento ético? O fato de se assumir uma posição de defesa da população, para mim, não justifica que se abra mão de um fórum ético ao contrário. Embora o documento fale que deve ser discutido o código de ética e o código de processamento disciplinar, eu quero crer que está assumida a sua função de fórum ético. Ou não? Eu acho que isto deveria estar explicitado.

CRP - A idéia é que os códigos de ética e o de processamento disciplinar sejam revistos à luz desta legislação

"É preciso definir como será a relação do Conselho Nacional com os Regionais"

atualizada que temos hoje e que assume a defesa do consumidor.

Sérgio - Sim, mas não se está abrindo mão do Conselho como fórum ético. Isso tem que estar explicitado, porque é uma

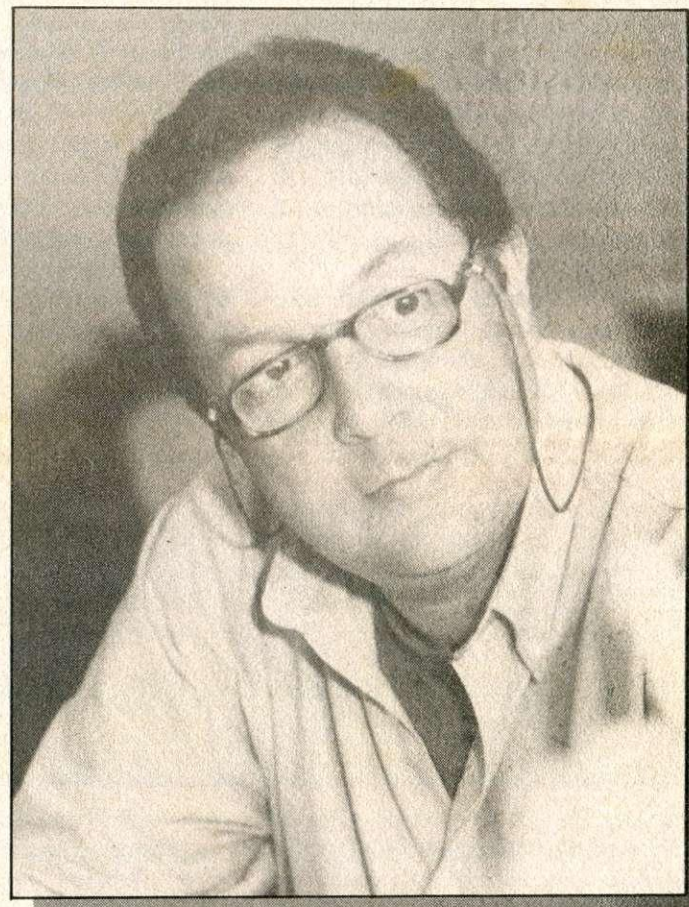
função chata mas coerente com a própria proposta nova. A questão ética aparece justamente porque se está assumindo a defesa do consumidor. É a maneira concreta de mostrar que o Conselho está quebrando com a concepção corporativa e assumindo uma postura ética do consumidor, de quem usa o serviço. Eu acho que o profissional que trabalha mal tem que responder por isso.

No que diz respeito aos itens e propostas para estrutura e caráter dos Conselhos, eu acho que tem uma série de coisas interessantes, como por exemplo, a idéia da mudança da função social dos Conselhos. Garantir o direito do usuário a serviços psicológicos de boa qualidade, é crucial e tem que ser assumido. A questão da noção de fiscalização, o problema da criação dos Conselhos Nacional e Regionais, eu acho que é um avanço. A questão da autonomia perante o Estado, que é uma coisa pela qual a gente sempre brigou, que eu acho extremamente importante, e que está assumido, é manter atualizado o perfil da categoria. Isso é crucial, você tem dados, continuamente, para poder definir ações em cima disto.

Agora as minhas dúvidas. A primeira questão que me chamou atenção é sobre o que não está aqui. Não está definida uma proposta que aponte o que eu considero uma questão central, que é o problema da relação do Conselho Nacional com os Conselhos Regionais. Como é que vai ser de fato essa relação? Como vai ser distribuído o dinheiro? Quando você começa a mexer nisso é que você fica sabendo como é que o poder vai ser, de fato, estruturado. Faltou alguma proposta que, de um lado, garanta a autonomia regional, mas de outro possibilite uma unidade nacional. E nesse sentido, eu tenho dúvidas se a mera existência do Conselho Nacional vai resolver isso.

Um segundo ponto que pode parecer

um detalhe, mas não sei se está subentendido, é o seguinte: eu acho fundamental que o Conselho Nacional seja reflexo do que ocorre em termos nacionais. E para que isso ocorra é fundamental a questão de datas, ou seja, a eleição do Conselho Nacional deve ser



realizada logo após a realização das eleições dos Regionais. Isto porque você muda o Regional e não coincide com a mudança do Federal. Então, para pensar em termos de unidade, o Nacional tem que ser o espelho do que ocorre em termos nacionais. gostemos ou não. É mais lógico que as coisas sejam assim.

Quanto a formação da chapa, mesmo numa concepção de quebra da estrutura federativa, por que é que não se pensou em eleger um grupo e esse grupo, internamente, se organizar em funções? A idéia de rodízio de função foi avaliada como negativa?

CRP - Não, nem houve consenso quanto a isso no Regional.

Sérgio - Eu acho que a experiência de eleger uma chapa e permitir que essa chapa reveze as suas funções, é positiva. Na minha experiência, eu entendo que ter um grupo sem definir funções é mais saudável do que pré-definir. Esse trabalho político de estar

ano a ano se revendo é até uma condição para que os grupos estejam se reavaliando.

Da maneira que está, é complicado: você elege um presidente, um vice, um tesoureiro, e se você elegeu mal, vai passar três anos amargando isso. Ao passo que numa chapa, uma pessoa numa função inadequada, você pode mudar.

CRP - Há também a questão da forma da eleição, em que não há consenso. GANHOU A PROPOSTA DA ELEIÇÃO EM CONGRESSO NACIONAL, MAS MUITOS PROFISSIONAIS SÃO A FAVOR DA ELEIÇÃO DIRETA PARA A CHAPA E, NESSE CASO, SE ELEGERIA UM GRUPO QUE DECIDIRIA DEPOIS, INTERNAMENTE, OS LUGARES, ATÉ POR TROCA ANUAL.

Sergio - A grande vantagem que eu vejo na eleição via Congresso é que você pode amarrar uma plataforma. Eu acho que, na verdade, os dois processos são democráticos. A eleição indireta não é uma forma antidemocrática. Porque também existe a participação via Regional. A questão da democracia se faz em pelo menos dois níveis: da eleição e da participação. Criar canais de participação, de tal forma que, seja lá quem for eleito, existam canais por onde todos possam continuamente estar participando do trabalho.

CRP - O senhor gostaria de fazer mais alguma observação sobre o tema da organização política dos psicólogos?

Sergio - Há uma outra questão que eu considero a mais complicada. É a da não compulsoriedade do pagamento das

anuidades. Por que eu vejo esse problema? Há várias facetas discutíveis. Primeiro, ele é antagônico à própria noção de autonomia. A autonomia não se faz só com palavras, porque custa dinheiro. Enfim, para ter uma autarquia autônoma, com políticas nacionais e regionais, custa dinheiro. E a categoria precisa ter a maturidade de bancar isso. No segundo plano, não entendi porque a não compulsoriedade é apresentada como um sintoma de democratização. É até estranho porque se prevê que todo psicólogo é obrigado a estar inscrito (existe uma proposta segundo a qual os Conselhos se mantêm como órgão de registro profissional). Eu acho que a questão da democracia do órgão está ligada à questão da categoria ter canais de participação. Isso sim. Mas assumir que isso é um argumento de democratização, é complicado. Este tipo de argumento, por sinal, tem muito mais sentido no sindicato. Em que a contribuição, o imposto sindical foi a maneira como o Mussolini conseguiu criar o sindicato forte em termos financeiros, mas fraco em termos de política. Então essa reivindicação, no sindicato, tem um sentido histórico, que mesmo assim a gente sabe que ninguém quis fazer. Mas no Conselho, eu

acho que é pôr em risco toda a possibilidade de ter uma entidade forte. E finalmente, um terceiro argumento que eu queria colocar, é extremamente empírico. Nunca vi um psicólogo se posicionar contra pagar o Conselho e não querer participar do Conselho. O que vi foi um outro tipo de reivindicação, de pagamento menor para o recém-formado, para o desempregado. Então, acho que a proposta é diferente. Isso sim, é democrático, é estar escalonando, facilitando o pagamento.

CRP - Quando o senhor mencionou o histórico e o conteúdo do Congresso, o senhor tocou na questão do corporativismo e que o movimento da categoria hoje tem como referência a sociedade. Uma das polarizações do Congresso Regional, que deve reaparecer no Nacional, é a discussão sobre o que é específico do psicólogo e aquilo que é geral. Como o senhor vê a discussão sobre a garantia da especificidade, ou seja, do que é privativo do psicólogo?

Sergio - Todas as vezes que no Conselho se discutiu a questão de definir função, eu fui contra. Isso é uma faca de dois gumes, porque quando você define função e põe no papel, está fechando, dando um nó. Você fica preso ali e qualquer possibilidade de avanço fica dificultada. Acho que uma profissão não se faz por lei. Uma coisa é você servir como banco de informações e estar divulgando o que os profissionais fazem. Outra coisa é dizer: olha, um profissional escolar faz isso e transformar isso em algum

Na minha área, por exemplo, como o psicólogo surgiu? Surgiu porque os governos na Europa já queriam saber como identificar as crianças que iam fracassar na escola. Foi assim que surgiu o psicólogo educacional, para tentar identificar as crianças que iriam mal. E esta foi a parte que marcou toda a atuação dele, dentro de uma concepção teórica que colocava na criança o determinante do fracasso. Demorou mais de meio século para a gente começar a entender que se uma criança vai mal na escola, não é porque ela tem uma coisa errada dentro dela. Mas aí você fala: então numa proposta como essa não teria o psicólogo? Você teria o terapeuta. Isso é uma profissão. O terapeuta, que tem uma formação psicológica. Isso sim é uma profissão. Por sinal é o que alguns países fazem. Mas a nossa profissão é um fato, e temos que saber o que fazer dela.

CRP - Nós estamos no Brasil e existe a Lei 4.119. Se a profissão for desregulamentada, de um lado, se eu entendi bem o que o senhor quer dizer, há a possibilidade de uma ação social determinando a especificidade, de outro se abriria para todo tipo de condutas.

Sergio - Eu concordo. A concretização dessa utopia não é viável, porque a profissão está aí. Eu estou discutindo em tese. Na minha opinião foi um erro histórico, mas a profissão está aí e a gente tem que lidar com isso da melhor forma possível. Continuo batendo na minha velha tese, que eu acho que ainda não foi superada. Uma profissão não se faz fundamentalmente por lei. Ela se faz pela maneira como o profissional administra e usa aquele conhecimento na ação concreta. E a maneira pela qual nós vamos superar a questão da especificidade é por aí, quer dizer, a imagem do psicólogo que vai atuar na saúde vai depender do que a atual geração está fazendo lá. É por esta perspectiva que eu sou avesso a que se legalize a profissão e a maneira de superar isso é divulgar o que é feito. É fundamental.

CRP - E essa idéia de identificar o específico com o corporativo, na sua opinião, é válida para todas as profissões, ou somente para algumas, como por exemplo a do psicólogo?

Sergio - Isso tem muito a ver com o tipo de conhecimento da área em questão. Por exemplo, para mim a única área da psicologia em que é possível identificar alguma especificidade é a clínica, na qual realmente existe uma ação específica, assim mesmo a clínica tradicional. Na área de educação, por exemplo, acho que não é possível falar em especificidade. Mas por outro lado eu reivindico que o psicólogo pode fazer um monte de coisas. Na minha vida profissional, já aconteceu isso. Eu faço um monte de coisas que muitos diriam que não é função específica do psicólogo, mas não estou preocupado com isso, embora reconheça muitas coisas de formação específica que me ajudam muito. Mas qualquer pessoa pode ter acesso a esse conhecimento.

CRP - No Congresso Regional houve uma tendência de alterar a lei, para incluir mais funções para o psicólogo, e uma

outra tendência, que na verdade não se expressou abertamente, mas que seria a de desregulamentação da profissão. Então a decisão do Congresso, de deixar como está, foi razoável.

Sergio - É um problema análogo ao do currículo mínimo. Como ele não define conteúdo, não faz mal para ninguém. E serve de baliza genérica, mas que nunca foi problema para a categoria. Questiono a idéia de que a formação sempre foi complicada por causa do currículo mínimo. Não foi. Ele nunca foi problema para a formação. Ele não define conteúdos. Se definisse, aí sim, seria.

CRP - O senhor usou a analogia do currículo mínimo em relação à questão da Lei 4.119. Qual a sua opinião sobre a necessidade de reformulação dos currículos?

Sergio - Sobre a formação profissional, a primeira coisa que me chama atenção é o encaminhamento em que se propõe a formação de uma comissão em termos nacionais, composta por docentes, etc. Acho legal uma comissão que cuide da questão em termos nacionais. Porém, aqui se propõe que essa comissão apresente à categoria e órgãos oficiais, uma nova estrutura para o curso de psicologia. Na verdade se está querendo que a comissão proponha um novo currículo mínimo? Do modo como está escrito aí, eu posso entender que sim, porque ela está propondo o encaminhamento para os órgãos oficiais. Órgão oficial é o Conselho Federal da Educação. Eu acho complicado o Conselho assumir esta tarefa, por várias razões. A primeira delas, talvez a principal, é a própria concepção de currículo que está colocada aí. Hoje, diferente daquela idéia de currículo mínimo como algo fechado, a gente está entendendo currículo muito mais como instrumento de planejamento, que deve estar em contínua construção e não como algo que deve ser legislado, fechado e que todas as escolas têm que seguir. Isso não quer dizer que não haja diretriz básica, mas não currículo. Acho muito perigoso cair nisso, principalmente em termos de conteúdo. Você fechou as questões em termos de conteúdo, você dança. Isso revela uma concepção de currículo medieval, em que está lá e acabou. É a concepção que se tem de currículo que tem que ser revista. Eu acho que o mais importante para essa comissão seria estar tentando repensar, identificar e divulgar quais são as condições necessárias e existentes para que ocorra esse processo contínuo de ação e reflexão nas escolas. Isso sim é fundamental para que o currículo se desenvolva, e tem de ser garantido em termos dos órgãos centrais.

Mas por outro lado acho que há uma série de coisas importantes que o documento coloca em termos de princípios: quando fala da questão da teoria e prática; da revisão de modelo de formação; da relação científica/ética/política, que eu acho que tem que ser assumido como formação; a questão da interdisciplinaridade; a questão de ter acesso às novas áreas; a relação ensino/pesquisa. Todos esses são aspectos muito importantes que surgiram. Mas há por trás de tudo isso o conceito de currículo mínimo, que eu acho complicado. e tem que ser revisto.

Mas aqui me chama atenção, e daria

"A nossa profissão é um fato, e temos que saber o que fazer dela."

nível legal. Porque daí você fecha. E a gente trabalha numa área em que são imensas as possibilidades. Por outro lado, acho importante divulgar o que é feito. Mas não fechando sobre o que o psicólogo pode fazer. Com exceção da área de clínica, que eu considero uma das poucas áreas em que é especificada a atuação, acho que nas demais é extremamente complicado definir função.

CRP - No Congresso, para recusar o que é específico, identificando o que é específico a corporativo, havia uma outra proposta de diluir tudo o que é específico no que é geral. O que o senhor está dizendo é uma coisa. Outra coisa é desregulamentar a profissão.

Sergio - O que eu acho que seria ótimo. Sempre defendi a idéia de que foi um erro histórico ter transformado a psicologia em profissão. Quem aborda bem esse tema é o Emilio Ribes, um mexicano. Ele faz um trabalho muito interessante, onde mostra que na verdade a história do surgimento desse profissional chamado psicólogo foi em função de uma demanda que já era, mazela do próprio capitalismo. E que precisava criar uma justificativa para isso.

um destaque especial para o problema da LDB - Lei de Diretrizes e Base, que está como um item e no entanto a gente sabe que uma das condições para que as comissões de currículo avancem nas faculdades é que se reforme todo o caráter do Conselho Federal de Educação. E isso está previsto na LDB. Então o aspecto externo, político da formação é a retomada da autarquia, de uma posição mais firme junto com outros órgãos, em termos de educação, pela lei e pelo cumprimento da lei. Ela tem que ser garantida.

CRP - Uma das discussões hoje é exatamente essa. Tentar substituir o currículo mínimo por um currículo máximo, ou pleno, o que seria uma camisa de força para a própria organização curricular dos cursos. Por outro lado, o Parecer 403, que fundamenta o currículo mínimo, diz que é uma primeira aproximação, mas ele nunca foi mudado. Será que essa legislação não precisa ser alterada? Não é o momento de reorganizar isso, que seja como diretrizes, mas que sejam cumpridas?

Sergio - É como boa parte das coisas deste país. O currículo mínimo foi o jeito para resolver. Reconhece-se que há um mínimo que deve ser trabalhado, mas que na verdade o parecer não define. Ele fala em disciplina só. Sob aquele nome, o professor pode dar o que bem entende. No primeiro trabalho sobre esse assunto que nós fizemos no Conselho, isso aparece claramente. Você pega o termo "social". Todo mundo dá a disciplina, mas quando você pega os programas, é um "saco de gato". Isso, de um lado, pode parecer meio confuso, mas de outro é algo extremamente interessante. Porque nós não podemos esquecer que atuamos numa área onde não há consenso em relação ao objeto, objetivo e método.

Eu não sou radicalmente contra existir alguma legislação que defina algumas coisas básicas, mas nessa altura do campeonato, o que eu acho que devia ser meta para uma política imediata da própria autarquia, é ter, em termos nacional e regionais, um trabalho de levantamento de dados sobre como está a questão da formação e reflexão. Aí sim, talvez daqui a uns dois ou três anos a gente tenha condição de estar tentando identificar o que há de consenso em termos de coisas básicas. Mas sem cair num currículo.

CRP - O senhor mencionou o fato de considerar como específica a formação de um psicoterapeuta, e existe uma tendência de discussão, que também vai aparecer no Nacional, que formar psicólogo é formar psicoterapeuta. O senhor acha que o psicólogo deve ser um profissional de formação básica, para poder visualizar que áreas ele tem de atuação, ou que a formação deve ser específica?

Sergio - Acho que a saída que nós temos é estar possibilitando ao estudante entrar em contato com o conhecimento relevante de uma área chamada psicologia para, num momento seguinte, ele poder estar optando pela forma como vai administrar esse conhecimento em termos do seu

engajamento no trabalho. A única saída que eu vejo é essa. Não vejo outra. O psicólogo tem que ter acesso ao conhecimento e a função dele na educação, prioritária a meu ver, é estar socializando esse conhecimento.

CRP - Uma tese polêmica no Congresso Regional foi a de que o psicólogo é um profissional de saúde. Como o senhor vê essa questão?

Sergio - Isso vem de longe. A OIT - Organização Internacional do Trabalho - é que inventou isso, a partir do momento em que a OMS - Organização Mundial da Saúde - assumiu uma concepção de saúde que envolve as várias áreas de conhecimento, inclusive a nossa.

CRP - Mas essa definição traz consequências. Há um exemplo atual. Na

"Na minha época de Conselho, todas as tentativas que nós fizemos de intervir no ensino superior foram totalmente frustradas"

prefeitura de São Paulo, os psicólogos foram enquadrados como profissionais da saúde, e agora vai ser votado um projeto que faz o enquadramento dos cargos da Secretaria do Bem-Estar Social. Há cerca de 80 a 100 psicólogos que atuam nas creches. Para o cargo de diretor, eles estão sendo excluídos. O argumento é que o psicólogo já é da Secretaria da Saúde.

Sergio - É bom notar que a intenção ao dizer que o psicólogo é da área da saúde não é uma questão funcional, é mais uma intenção conceitual. Na medida em que você está atuando em qualquer área, está promovendo saúde. A idéia é essa. Existem prefeituras que colocam o psicólogo na saúde, outras o colocam na educação. Para mim esta não é a questão prioritária. É o conceito de saúde que está por trás. Você está atuando na linha de promover a saúde. Agora, se isso é usado com outros fins, isso tem que ser esclarecido. Perceba bem, o fato de a OIT considerar o psicólogo também na área da saúde é uma coisa, outro fato é que em algumas prefeituras, para se dar o golpe, também numa visão corporativista, se usa esse argumento para excluir os profissionais. Acho que nós não podemos vincular a questão conceitual em função da possibilidade desses golpes baixos.

CRP - Mas são exatamente as apropriações indevidas do conceito que são difíceis de ser evitadas. Eu insisto na pergunta, também por sua resposta anterior. O senhor diz que o psicólogo deve ter uma formação básica e a partir dessa formação ele pode aninhar-se em qualquer área de atuação. É aí que fica difícil manter os argumentos em termos conceituais, como se eles não fossem traduzidos funcionalmente. De pouco valerão posteriormente reclamações no sentido de que o conceito está sendo utilizado oportunisticamente. O mesmo ocorreria com a definição de outro

conceito, por exemplo, o de que o psicólogo é um profissional formado para promover a educação. Vai-se generalizando tanto o sentido de educação que as coisas tornam-se excessivamente abrangentes.

Sergio - Você está colocando um problema que eu acho que existe no terreno conceitual. Essa questão de considerar o psicólogo na saúde deve estar sendo continuamente revista, porque existem vários perigos aí e um deles é você estar usando a noção de saúde numa visão tão abrangente que ela perde qualquer referência. Foi mais ou menos o que ocorreu com a área em que eu trabalho, com a questão da alfabetização. Caiu-se de uma visão rígida, para uma visão em que tudo era alfabetização. Quer dizer, perdeu-se o referencial. Aí voltou-se a resgatar um conceito. A idéia da área de saúde, para mim, não é ruim. Eu gosto da

idéia, mas acho que como todo conceito, este também tem que estar continuamente sendo reavaliado, porque numa concepção de saúde moderna, a educação tem um papel fundamental.

CRP - E o psicólogo que trabalha, por exemplo, no Procon e faz análise de mensagens publicitárias?

Sergio - Você está usando o tema de uma forma restritiva. É tudo ou nada. Não é assim. Quer dizer, você tem um profissional que é preferencialmente da saúde, mas isso não quer dizer que ele não possa atuar em outras áreas, que aquele conhecimento psicológico não seja importante em outras áreas. A OIT é muito clara. Mas qual é a vantagem disso? Acho que é a perspectiva de construção de uma visão mais interdisciplinar. Ela abre essa possibilidade. Você pensar que o bem estar humano não é só físico, mas também social. Isso também é um avanço e faz os governos pensarem que saúde não é só cuidar do corpo. E, por sinal, essa foi a principal intenção da ONU, quando, através da OIT, fez uma revisão disso.

CRP - Mas se o profissional tem uma formação básica, por que não deixar em aberto quais são as áreas de atuação? É difícil desvincular um conceito da área de atuação. É difícil dizer que saúde engloba educação, justiça, a área de recursos humanos. Porque ou ela engloba tudo ou nós somos obrigados a recair no uso restritivo do conceito.

Sergio - Se há uma intenção corporativa de algum nível do setor público de excluir o psicólogo de qualquer área, isso vai ser tentado de qualquer jeito. Em segundo lugar, isso não é e não pode ser entendido como um entrave para o indivíduo poder atuar em outro nível. Só existe em instituições em que ocorre disputa de poder, e isso passa a ser uma desculpa. Nesse caso, se não for isso aí, vai ser outra coisa. Para mim, a atuação do

Conselho em termos desse tipo de Prefeitura tem que ser numa linha de esclarecer esse fato e até tentar judicialmente brigar pelo direito.

Uma outra questão que acho fundamental, é a questão conceitual. Nós temos que estar continuamente revendo a questão saúde, para não cair numa coisa ampla, geral e irrestrita e acabar lidando com um conceito extremamente vago. Aí ele perde a autoridade. Posso estar enganado, mas entendo que isso ainda não ocorreu. São duas questões. Uma é a questão real e outra é a burocrática, política, de briga de espaço. Acho que nós não podemos deixar que elas se misturem.

CRP - Outra questão polêmica é a relação entre os CRPs e as faculdades. O Conselho pode e deve exercer a fiscalização das clínicas, dos estágios. Apesar de todas as dificuldades, os Conselhos não deveriam ter uma possibilidade de participação, de controle da qualidade do ensino?

Sergio - Em tese sim, mas, como se faz isso? Sempre defendi que em termos de formação, há dois níveis de atuação. A atuação em termos externos é do MEC ou de qualquer outro órgão de educação que venha a ocupar o Conselho Federal de Educação. Porque é ele que vai ter a função de fiscalizar as faculdades. O novo Conselho, o Conselho Nacional da Educação vai ter a função de realmente estar fiscalizando e eu acho que tem que fazer isso, na linha de estar garantindo que as faculdades dêem realmente condições de trabalho aos docentes. Acho que dificilmente o Conselho vai conseguir isso. Eu acho que o papel do conselho é atuar junto a outros Conselhos e nesse Conselho de Educação, para que o ministério cumpra o seu papel. Outro nível de ação simultânea é o de estar reunindo colegas professores para trocarem idéias, experiências, eventualmente assumindo lutas, que é essa política mais do aqui agora. Na minha época de Conselho, todas as tentativas que nós fizemos de intervir no ensino superior foram totalmente frustradas, foi a área em que nós menos avançamos. As faculdades sempre conseguiram driblar o Conselho de tal forma que o único caminho que sobrava era atuar sobre o coitado do supervisor que estava lá submetido a pressões.

CRP - E em relação às recomendações aprovadas sobre o exercício profissional? Como o senhor avalia o conjunto de propostas?

Sergio - Alguns pontos me chamaram atenção. O primeiro é que eu não sei porque não foi explicitado o compromisso com a escola pública. Nos princípios que foram aprovados pela plenária, o de nº 4 fala de educação fundamental, mas não sei porque se esquivou de falar no resgate do ensino público. Você pode inferir daí, que está se referindo tanto ao ensino privado quanto ao público, mas dada a situação que nós estamos vivendo isso deveria estar explicitado. Outra questão que ficou no ar, mas que daria uma boa discussão, é quem vai referendar as novas técnicas. Há duas colocações antagônicas em relação a isso: a questão 7 fala que cabe ao Conselho e a 9 fala que cabe às universidades.

A continuidade do processo

Para os membros da gestão “Psicologia e Cidadania” os psicólogos devem continuar mobilizados, mas também cabe ao Conselho encaminhar questões, garantindo a continuidade do Processo Constituinte e dividindo responsabilidades entre todos os profissionais

Desde que os psicólogos realizaram seu primeiro Congresso Nacional Unificado, em 1989, muita coisa mudou na organização da categoria. Ainda que muitas das questões discutidas naquela ocasião continuem na ordem do dia, demonstrando que nem todas as decisões foram encaminhadas após a realização do congresso, em contrapartida, com a realização do Congresso Regional da Psicologia em maio deste ano, o profissional que conhece o dia-a-dia da psicologia, seja nos consultórios ou nas instituições públicas, demonstrou que está mais maduro e participante, apropriando-se das causas e teses antes defendidas somente por lideranças.

Para os membros da Gestão “Psicologia e Cidadania” o Congresso Regional da Psicologia não pode ser visto de forma isolada, mas dentro do contexto histórico do movimento dos psicólogos e das reflexões sobre as formas de organização que quer a categoria. “As discussões dessa natureza, até então historicamente, se produziram muito no interior das entidades e distante do que o profissional pensa, no dia-a-dia”, analisa Vera Rodrigues, conselheira do CRP-06.

Uma das provas mais contundentes de que o psicólogo da sexta região quer repensar seu papel na sociedade e a natureza dos Conselhos Profissionais está na ampla participação da categoria no Congresso Regional e no conjunto das teses aprovadas em plenária, que sinalizam os avanços do movimento. Em tempos passados, a maioria dos profissionais nem sequer se dava conta de que havia uma discussão ampla sobre questões fundamentais e que estas se relacionavam com o seu cotidiano.

Nesse sentido, o processo constituinte, iniciado em 1991, representa um avanço pela própria forma como se organizou, ou seja, a partir de discussões sobre os problemas comuns da prática profissional.

Mas se esta forma de mobilização trouxe a possibilidade de uma articulação ampla dos profissionais, a organização do Congresso a partir de discussões específicas de cada setor de atuação, para então se partir para questões mais abrangentes e genéricas, não se revelou a forma mais eficaz do ponto de vista operacional.

Para quem acompanhou todo o processo, desde os encontros setoriais, o Congresso não refletiu a riqueza das discussões. Durante a fase preparatória, os encontros realizados sobre os três grandes temas reuniram psicólogos com experiências diferenciadas e foram debatidas questões ligadas a todas as áreas de atuação como o judiciário, a saúde ou a universidade, para citar apenas alguns exemplos. No Congresso, no entanto, muitas questões consideradas fundamentais não chegaram a ser debatidas e votadas em plenária, como se pretendia no momento da organização do evento. Na avaliação da conselheira Vera “a organização do Congresso falhou no sentido de não prever um tempo maior e por essa razão, no que se refere à formação e exercício profissional, o que conseguiu ir para votação e, portanto, para o Congresso Nacional, diz respeito às questões de princípio e a questões muito mais gerais”.

Sobre o mesmo ponto, o conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, concorda que os temas ficaram prejudicados na discussão final, embora faça a ressalva de que foram amplamente discutidos nos grupos. Mas afirma que “as recomendações aprovadas têm força de tese e serão levadas e defendidas no Congresso Nacional”.

Se a determinação de Sass em defender as teses aprovadas traduz o reconhecimento da legitimidade das decisões tiradas na plenária do Congresso Regional, a análise da gestão “Psicologia e Cidadania” sobre o seu conteúdo revela, no entanto, que nem todas as questões foram esgotadas no Regional e que a

categoria terá que aprofundar muitos pontos antes de chegar a decisões definitivas.

A discussão das teses

Ainda que se considere que o conjunto das teses sobre a organização política dos psicólogos seja forte, consistente e demonstre a disposição da categoria em reorganizar os Conselhos à luz da conjuntura social e política de hoje no país, a aprovação de propostas como a do fim da compulsoriedade do pagamento das anuidades ao Conselho traz implicações que podem não ser percebidas à primeira vista, e que exatamente por isso merecem atenção especial.

Na opinião de Vera Rodrigues, “essa tese é um fruto da proposta de extinção dos Conselhos (que não foi aprovada), com uma outra roupagem. Esta é uma questão extremamente delicada, porque é uma discussão que não se pode fazer isoladamente, a partir do Conselho de Psicologia. Primeiro, porque eu acho que os Conselhos, as Ordens, são ainda uma forma de organização da sociedade civil, reconhecida e legitimada pelos profissionais, mesmo os da psicologia. Se você leva para a categoria a possibilidade de extinção do Conselho, isso perde, porque o Conselho ocupa um lugar de referência.”

Outro ponto de destaque, considerado pela gestão, é a tese de se organizar os Conselhos com base nos Estados e não mais por região, como acontece hoje. A ideia de ter um núcleo organizado com base na estrutura estadual representa um avanço, porque não se pretende pulverizar o Conselho, mas dar núcleo de organização profissional e política com base nos Estados.

Segundo informações de Sass, hoje já existe uma tendência, que parte do Conselho Federal, de desmembrar os Regionais, mas isto é pensado de forma conservadora e

sem levar em conta a base política dos Estados. A consequência, desastrosa, do desmembramento feito dessa forma seria a cisão da organização já existente, ao invés de seu fortalecimento. É exatamente por isso que para a gestão é importante que a sexta região tenha se apropriado da defesa da tese do desmembramento dos Conselhos de forma qualitativamente diferenciada do que vem sendo defendido pelo Federal.

Aí vale o raciocínio segundo o qual a sexta região, mais uma vez, estará levando posições consistentes para o plano nacional, pois o que geralmente pode ser identificado em termos do país como um todo, é que ainda há uma demanda muito forte do Conselho como um órgão de controle e normatização.

Da mesma forma, a aprovação de algumas propostas sobre o exercício profissional e formação mereceram comentários dos membros da gestão. A aprovação da tese sobre legislação e regulamentação da profissão, por exemplo, é uma questão que, na opinião de Sass, merece maiores debates. Na avaliação do psicólogo, as discussões sobre a questão têm seguido rumo equivocado, pois se de um lado há a posição de se especificar o exercício da psicologia ainda mais, de outro há uma posição, não colocada claramente no Congresso, de revogação da Lei 4.119, que regulamenta a profissão.

“O Congresso decidiu por uma posição mediana. É melhor deixar as coisas do jeito que estão do que querer, ou ampliar o espectro do que é privativo do psicólogo, ou ceder à tendência de desregulamentação da profissão sem um debate mais consistente”, declara. Para Sass, a questão deve ser discutida à luz dos conceitos dos termos corporativismo e especificidade, pois “confundir as duas coisas não tem ajudado ao psicólogo e às diferentes posições e, principalmente, ao usuário dos serviços da psicologia”, conclui.

De qualquer forma, a tese não pode ser vista fora do momento histórico e econômico que vive o país e das dificuldades pelas quais os profissionais liberais vêm passando. Apesar de não ser uma reivindicação nova, coincidentemente ganha força no momento em que o senso comum aponta para a necessidade de delimitação do mercado de trabalho e equiparação salarial com outras categorias.

Esta discussão, de certa forma, se relaciona com a tese, aprovada na plenária do Congresso Regional, segundo a qual o psicólogo é um profissional que promove saúde, em qualquer área de atuação. A tese,

aparentemente simples, na verdade pode se transformar em faca de dois gumes.

Sobre isso quem opina é Vera Rodrigues. Explicando que esta é uma posição que já vem sendo defendida nos últimos 10 anos, Rodrigues adverte que esta discussão também deve ser vista por ângulos diferenciados, sob pena de o psicólogo estar sempre sujeito à direção política de cada momento. Dessa forma, corre-se o risco de se definir o lugar do psicólogo somente a partir de critérios momentâneos, como o de vantagens salariais, por exemplo. Quer dizer, é como se, numa inversão do foco da discussão, a categoria passasse a se definir a partir do lugar que quer ocupar, e não lutasse para ocupar lugar condizente com sua definição profissional e, aí sim, partisse para a luta por colocá-lo em condições que considera dignas de seus profissionais.

Já o tema sobre a formação do psicólogo, se teve somente questões de princípio votadas em plenária, foi discutido nos grupos, o que também sinaliza as tendências do profissional hoje. Para o conselheiro José Roberto Tozoni, as discussões foram tímidas e a maioria das questões levantadas ficou em torno da grade curricular. “A discussão não enfrentou a questão fundamental, que a meu ver é a formulação de uma política de controle social sobre o ensino”, defende.

De acordo com a visão pessoal de Tozoni, o tema educacional passa por uma discussão ampla e conceitual do processo civilizatório que representa. “A política educacional brasileira em vigor ainda segue a lógica da ditadura e só tem produzido desqualificação profissional e diplomas que só servem para encher os bolsos dos donos das escolas particulares”, dispara. De acordo com a avaliação do psicólogo, os próprios profissionais não têm propostas mais contundentes e que saiam do específico. Ele espera, no entanto, que o tema possa ser amplamente discutido no Congresso Nacional e que se chegue a propostas concretas de enfrentamento da política em vigor.

O que se quer é estreitar o relacionamento dos Conselhos com as Universidades, respeitando-se a autonomia

universitária, mas chamando as instituições de ensino para suas responsabilidades com o exercício profissional, fruto do ensino. Também passa por aí a discussão de questões como a abertura de novos cursos e distorções como ilusões em relação ao mercado de trabalho, que ainda convivem implicitamente no modelo educacional que as universidades obedecem às cegas.

Encaminhamento

Além dos temas a serem debatidos no encontro nacional, no entanto, para o Conselho Regional de Psicologia a grande preocupação desse momento é a continuidade do movimento iniciado com o processo constituinte. Porque, se o Congresso mobilizou grande parte da categoria até a sua realização, é fundamental que esse processo continue no sentido de manter e ampliar a organização dos profissionais em torno do que foi decidido.

um todo criar as transformações, que, afinal, muitas vezes antecedem a elaboração das teses a serem defendidas por seus representantes em eventos de quaisquer natureza e independentemente desse momento de reestruturação dos Conselhos.

Para a gestão “**Psicologia e Cidadania**”, cabe aos Regionais, de uma maneira geral, encaminhar questões de caráter específico. Isto significa estar analisando cuidadosamente todas as propostas apresentadas, mesmo aquelas mais específicas, que embora não caibam num Congresso como este, permitem conclusões sobre o que os profissionais pensam da sua prática, de sua formação e das entidades que os representam. Isto porque cabe ao Conselho atuar como uma referência, não no sentido de dar diretrizes para os profissionais, mas no de ser um espaço onde estas diretrizes possam ser construídas em conjunto por toda a categoria.

“O que diferencia este processo constituinte de movimentos passados é que naqueles tempos questões



básicas como o código de ética, ou a lei que regulamenta a profissão, embora tenham recebido apreciação da categoria, não tiveram encaminhamento. A categoria estava completamente alijada do processo. Mas as deliberações do Congresso Regional foram produzidas da maneira mais ampla possível e serão encaminhadas com certeza”, afirma a conselheira Vera Rodrigues.

Na verdade, trata-se de duas questões diferentes. Uma é a responsabilidade da delegação eleita para representar a sexta região no Congresso Regional. Mas igual responsabilidade deve ser delegada a todos os profissionais da psicologia, que, mesmo tendo participado de todo o processo constituinte, não estarão como delegados no Nacional. Embora esta seja uma tarefa de outra natureza, cabe à categoria como

Chegou a hora. Psi

Já está tudo pronto para a realização em agosto próximo, na cidade de Campos do Jordão. Agora é arregaçar as mangas e traçar os rumos da reformulação da

Campos do Jordão, a mais européia e fria cidade de São Paulo, terá um clima bastante quente no mês de agosto próximo. Na localidade, escolhida para abrigar o maior e mais importante encontro de psicólogos do país dos últimos tempos, os ânimos estarão exaltados. Afinal será nessa ocasião -- entre 25 e 28 de agosto -- que a categoria estará "amarrando" as questões aprovadas nos Congressos Regionais e traçando as diretrizes que nortearão o destino da profissão.

Segundo José Roberto Tozoni Reis, conselheiro e representante do CRP-06 na Comissão Organizadora Nacional, se houver no Congresso Nacional o mesmo comprometimento, participação e empenho dos delegados das várias regiões do país, como aconteceu no Regional, o saldo também será bastante positivo. E é isso o que se espera das 12 delegações que estarão presentes em Campos do Jordão. Afinal, a categoria reivindica há muito tempo a organização de um evento que se transforme num verdadeiro fórum de debates e traga luz às questões mais importantes para a tomada das decisões.

Uma prova de que o evento de agosto terá um ritmo forte de discussões é o volume de teses que os grupos de delegados deverá debater. "Todos os Regionais apresentaram suas teses, somando cerca de 200 -- todas oriundas dos três eixos temáticos centrais aprovados pela categoria, que foram debatidas no

Congresso Regional e que também serão o alvo do Nacional", enumera o conselheiro. Para debatê-las com maior profundidade, todos os delegados presentes no Congresso Constituinte -- seis delegados por Regional mais um para cada mil psicólogos (a 6ª Regional terá 40 delegados presentes de um total de 151) -- estarão de posse de cópias de cada uma das teses, recebidas para conhecimento, logo após o Congresso Regional.

Segundo Tozoni, no segundo dia de evento, dia 26, -- o primeiro é destinado à abertura oficial --, é que a programação dá ignição de fato à parte prática. "Serão formados 9 grupos de 20 pessoas que estarão debatendo os temas. Para melhor organizar as discussões, cada tema será trabalhado por três grupos, detalha. Os dois últimos dias, 27 e 28, sábado e domingo, portanto, serão reservados para a plenária e a votação das propostas.

Mas todo esse empenho e organização de nada valeriam se os psicólogos não estivessem conscientes da importância do momento para a categoria. "Felizmente tivemos um bom sinal de compromisso e envolvimento durante o Congresso Regional. Isso nos tranquiliza e enche de otimismo", afirma o conselheiro.

Na avaliação de Tozoni, durante a fase de realização dos Congressos Regionais cada unidade teve a liberdade de tocar o seu processo de discussões como quis. Talvez por

isso mesmo tenha havido um nível de envolvimento e participação acima das expectativas, inclusive dos Conselhos criados há cerca de dois anos. "Apesar da heterogeneidade de cada região, bem poucas deixaram a desejar quanto aos resultados", conclui.

Alguns Congressos Regionais foram marcados por problemas. Na região do CRP-01, por exemplo, problemas organizativos atrasaram a realização do congresso. Já o encontro do Rio Grande do Sul foi objeto de contestação de vários psicólogos que denunciaram a ocorrência de irregularidades, ficou decidido que o CRP-07 deveria convocar assembléia para esclarecer dúvidas da categoria. Até o fechamento desta edição a assembléia não havia sido marcada e a comissão nacional tinha decidido enviar carta aos psicólogos de Porto Alegre, dando ciência do ocorrido.

Contudo, é sempre bom lembrar que em relação à iniciativa do Congresso Unificado de 1989, politicamente a categoria deu um enorme salto. "Naquela ocasião não houve todo o preparo necessário nos Regionais, explica. Para exorcizar de vez o fantasma que rondou a última tentativa de traçar os rumos da profissão, foi que a atual gestão primou pela mobilização da

categoria, informando e convocando psicólogos dos vários segmentos. E deu certo.

Segundo Tozoni, desde meados de 1993 vem sendo implementada a fase preparatória do Processo Constituinte, com a realização de várias reuniões setoriais nas Sedes e Subsedes. Nesses encontros foram debatidos e esmiuçados incansavelmente, pelos grupos das várias áreas de atuação, os três principais temas do Congresso. Daí se depreende que os delegados escolhidos estão mais que preparados para debater no Congresso Nacional.

Aparadas as arestas, daqui para frente, as expectativas estarão voltadas para o sucesso do Congresso Nacional. Para Tozoni, essa oportunidade tão esperada deve ser aproveitada com o máximo de racionalização e objetividade. "Esse é o momento de os psicólogos demonstrarem sua maturidade, detendo-se nos três temas básicos aprovados nos Congressos Regionais, que definirão as diretrizes para a reorganização da categoria."



psicólogos vão à luta !

*ação do Congresso Nacional
ulista de Campos do Jordão.
s para definir as diretrizes
s da profissão e da
os Conselhos*

Na compreensão de Tozoni, obviamente, no calor das discussões serão trazidas para a plenária as particularidades das áreas. Mas se assim ocorrer os participantes estarão perdendo um tempo precioso que deveria estar sendo aproveitado com uma discussão mais geral, como a da organização política da categoria, do papel do psicólogo no contexto atual e da sua formação. Isso não significa, porém, que o Congresso Nacional não dará uma solução para os problemas setoriais. "A plenária poderá criar encaminhamentos para essas questões, constituindo comissões para cuidar do assunto específico, exemplifica o conselheiro.

A preocupação de Tozoni fundamenta-se nos pontos que geraram polêmica durante o Congresso Regional. Entre eles estão a

reformulação do Conselho Federal, a alteração da lei que regulamenta o exercício da profissão de psicólogo e o currículo das escolas. A primeira questão já é praticamente um consenso entre os psicólogos. Ou seja, a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional está se tomando cada vez mais uma realidade entre os psicólogos: a estrutura centralizadora e burocrática, criada na época da ditadura, já demonstrou sua ineficiência e inadequação com a realidade democrática. "Atualmente o psicólogo vota no representante de sua região nas eleições dos Conselhos Regionais, mas desconhece os outros e a representatividade fica esvaziada e dispersa", explica Tozoni. O ideal, segundo seu ponto de vista, seria a existência de um Conselho eleito nacionalmente e

democraticamente, através de chapas. "Isso traria maior agilidade política e uma satisfação maior à categoria", lembra.

Outro tema bastante presente nos Congressos foi justamente o que trata da regulamentação da profissão. "Houve propostas específicas das várias áreas de atuação, como justiça, ensino, trânsito etc., tentando definir o que é privativo do psicólogo. Isso gerou muita discussão. O fato é que a regulamentação precisa ser revista."

Já no âmbito da mudança curricular, o conselheiro diz que as posições estão bastante difusas. "Há quem queira incluir no currículo das escolas, psicologia comunitária, forense, do trânsito etc. Creio que o mais importante é dar uma boa formação básica para que o psicólogo possa

encontrar os seus caminhos no mercado de trabalho. O currículo, a meu ver, deve ser consistente e com proposta fundamentada por todos os setores envolvidos", diz Tozoni, lembrando que o tema será alvo de discussão e reflexão em Campos do Jordão.

O mais importante é que todas essas pendências sejam diluídas nas discussões do Congresso Constituinte, para que a categoria consiga dar um salto qualitativo e político nos rumos da profissão. "A nossa expectativa é que o Congresso Nacional aponte as diretrizes para a reorganização da categoria e reformulação da estrutura dos Conselhos, para promover uma democratização e colocar a psicologia em sintonia com os movimentos sociais", arremata Tozoni.

O ponto de vista de outros Regionais

Conselheiros de várias regiões do país falam dos Congressos Regionais e de suas expectativas para o Nacional.

CRP - 01 (Brasília)

Segundo informações do conselheiro Neodir Ferreira da Mota, o Congresso Regional de Brasília "discutiu um número pequeno de teses, em comparação ao volume de propostas apresentado por outras regiões". Para Neodir, o principal problema que os psicólogos deverão enfrentar no Congresso Nacional será justamente equacionar o volume de trabalho em função do tempo de realização do encontro. "Como trabalhar todo o material em tão pouco tempo?", pergunta.

Por outro lado, o conselheiro aponta grandes expectativas da região em relação à formulação de um projeto de lei a partir das teses aprovadas no Congresso Nacional. "Precisamos de transformações que garantam o funcionamento e fortalecimento do Conselho. Temíamos propostas de extinção da autarquia, mas o conjunto de teses, ao contrário, traz a tendência ao fortalecimento da entidade", declara. Neodir acredita, ainda, que os Conselhos deverão,

sair do Congresso com suas funções ampliadas, além do papel de fiscalizar. Segundo ele, "o Conselho deve ter suas funções revistas e deixar de ser um órgão apenas fiscalizador, passando a ser também um orientador, inclusive científico, fomentando o desenvolvimento da psicologia".

A seguir, os pontos principais das propostas aprovadas, apontados pelo conselheiro.

Formação profissional - A maioria das propostas fala sobre a questão curricular, com ênfase para a necessidade de enriquecimento dos cursos de psicologia.

Exercício profissional - Uma das propostas consideradas mais importantes pelo conselheiro diz respeito à ampliação, ao psicólogo, do direito de fornecer atestados aos clientes, a exemplo dos atestados médicos, aceitos e respeitados em todo o território nacional.

Outras teses diziam respeito à legislação, com a sugestão de que os Conselhos mantenham uma comissão científica permanente para dar pareceres quanto às técnicas alternativas.

Organização política - O conselheiro destaca a aprovação de proposta sobre a extinção do voto obrigatório nas eleições dos Conselhos Federal e Regionais.

CRP - 03 (Bahia)

Na Bahia as discussões foram estruturadas sobre 4 eixos básicos, tratando sobre a Organização Política dos Psicólogos, Exercício Profissional, Formação, e Legislação Vigente. De acordo com o conselheiro Valter José Almeida Santos, "o processo de discussão foi muito interessante e a maior expectativa para o Congresso Nacional é que a categoria consiga superar os antigos modelos de fazer política". Santos acredita que o processo constituinte já é um primeiro passo nesse sentido, ressaltando

que o Congresso Nacional vai ser a expressão dos Regionais.

Para ele, no entanto, se de um lado, o processo constituinte representa um avanço, por outro permitiu a constatação de que "a organização dos psicólogos hoje só pode ser conseqüente se estruturada via Conselhos, pois as demais entidades representativas da categoria estão fechadas em si mesmas. Por isso mesmo, afirma, o Congresso Nacional vai exigir muita clareza das lideranças no sentido de uma maior articulação do Conselho com outras entidades. "Aí sim, teremos expectativas de avanço na discussão sobre o que é o Conselho e qual o seu verdadeiro papel", conclui.

Conheça a síntese das propostas aprovadas no Congresso Regional.

Formação profissional - As propostas revelam a demanda por uma profunda transformação no papel das universidades, com críticas contundentes ao lugar que a instituição ocupa na formação profissional.

De acordo com o conselheiro, no caso da Bahia, há uma particularidade, pois só existe uma universidade e "as críticas ficam mais acirradas, já que em tese deveríamos ter um ensino de bom nível, ao contrário dos locais onde as escolas de psicologia são cada vez em maior número". O conselheiro destacou os pontos que considera mais importantes, aprovados no Congresso Regional:

Exercício profissional - O Regional deliberou que deve haver maior clareza em relação à identidade do papel social do profissional da psicologia. As teses indicam que os Conselhos e demais entidades representativas da categoria devem desempenhar papel de mediação nas relações de mercado.

Organização política - Os psicólogos decidiram pela formação de uma comissão para a fundação de um sindicato da categoria, que hoje não existe na região.

Legislação - A plenária tirou indicativo de que os delegados eleitos façam discussão sobre o tema e apresentem proposta à categoria. De acordo com Walter, o tema teve um processo de discussão interessante, embora não se tenha chegado a propostas concretas.

CRP - 10 (Belém e Amapá)

Para os membros da diretoria do CRP-10, o Congresso Nacional será um momento histórico decisivo na caracterização da psicologia, enquanto ciência e profissão. Para eles, o evento é representativo das demandas dos psicólogos e foi fundamentado nas necessidades contemporâneas da sociedade brasileira. "O movimento não deve parar, exigindo novas mobilizações da categoria na emergência

das próximas etapas do processo constituinte", afirma o conselheiro Luiz Oscar Pinto de Souza.

Conheça o resultado do Congresso Regional:

Formação profissional - O conjunto de teses aprovadas aponta para a necessidade de discussão dos equívocos provocados pelo modelo atual de formação. Os psicólogos querem rever os critérios para abertura de novos cursos, a política de formação, a grade curricular, estágios, credenciamento de supervisores, entre outros, o que, segundo o conselheiro, "revela claramente que o profissional da região está atento e comprometido com a psicologia e com o desenvolvimento pleno do ser humano".

Exercício profissional - Foi aprovada sugestão de que os psicólogos devem colocar a profissão à disposição da sociedade civil organizada. Outro ponto considerado importante é que o profissional esteja participando ativamente na definição, implementação e controle das políticas sociais nas áreas de saúde, educação, justiça e trabalho.

Organização política - A plenária votou pela necessidade de ampliação e consolidação do papel social dos Conselhos Regionais e Federal, enquanto verdadeiros agentes de mudanças que promovam o estabelecimento de elementos norteadores para as ações da categoria, na busca de melhores condições de vida e pleno exercício da cidadania.

CRP - 12 (Santa Catarina)

Em Florianópolis, o Congresso Regional também foi dividido em 4 grandes temas: Ciência e Psicologia, Organização Política dos Psicólogos, Formação

Profissional e Relação do Profissional com a Sociedade. Logo após a realização do Regional foi feita compilação das propostas aprovadas em plenária, e retirou-se uma tese sobre cada um dos temas. Para a vice-presidente do Conselho, Denise Machado, "a realização do processo constituinte está sendo um marco. O Congresso Nacional representa o vencimento de uma etapa, mas parece que é consenso que o processo não pára aí. Ele deve continuar, para o fortalecimento do movimento da categoria".

Na opinião da vice-presidente, as questões mais polêmicas no Congresso Nacional serão as que dizem respeito às técnicas alternativas e à psicologia enquanto ciência, e a discussão sobre a estrutura dos Conselhos.

Veja a síntese das propostas que serão levadas ao Congresso Nacional pela 12ª Região:

Formação profissional - Foi aprovada proposta segundo a qual a formação do psicólogo deve perseguir o conhecimento científico e o procedimento ou atitude científica, como único método legítimo de produção de conhecimento em psicologia.

Os psicólogos querem também que seja deflagrado um processo de discussão na categoria, envolvendo agências formadoras, associações de profissionais, conselhos profissionais, sindicatos e comunidade, que crie dispositivos que possibilitem o controle da qualidade da formação.

Outra proposta que obteve aprovação da plenária foi a de que os cursos de psicologia nas universidades brasileiras sigam à risca os princípios contidos na carta de Serra Negra, elaborada em 02/08/92.

Ainda sobre a questão, os profissionais acreditam que os Conselhos Regionais de Psicologia devem exigir, através de negociações, o cumprimento deste

compromisso por parte das agências formadoras.

Relação do profissional com a sociedade - O Congresso votou pela alteração da Lei 4.119, que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil, para que conste nela a função social da profissão, ainda que exercida em caráter privado, ficando o psicólogo comprometido com a sociedade e não apenas com seus próprios interesses.

Também foi constatada a necessidade de uma intervenção junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais no sentido de viabilizar o atendimento à população visando à transformação do homem e à qualidade de vida.

Os Conselhos deverão ainda, juntamente com associações e universidades, suscitar junto à categoria e à sociedade um amplo debate sobre as técnicas e práticas psicológicas.

Organização política - Foi mantida a estrutura atual do Conselho em suas jurisdições Regionais e Federal, como personalidade jurídica de direito público, sendo autarquia Federal Especial, ampliando seus objetivos para, além de orientar, disciplinar e fiscalizar a categoria.

Outros aspectos discutidos e aprovados foram: os Conselhos devem garantir a qualidade dos serviços prestados à população, zelar pela formação de profissionais, através da interlocução com agências formadoras, e promover atividades técnicas, científicas e culturais.

Ciência e psicologia - Foi aprovada a manutenção da exigência do caráter técnico-científico como próprio do fazer psicológico, respeitando a vigência da legislação.

RECADASTRAMENTO ATENÇÃO PSICÓLOGO !

O recadastramento, além de atualizar e ampliar dados profissionais dos psicólogos inscritos, visa à **substituição de todo o sistema de registro profissional.**

Deixar de preencher e enviar o formulário devidamente preenchido (cf. Resolução CRP-06 nº 001/94) significa, a curto prazo, **excluir-se do novo cadastro de profissionais inscritos.**

ESCLARECIMENTO

O fato de você não estar atuando como psicólogo não o exclui da necessidade do recadastramento. Sua inscrição estará garantida através do preenchimento do formulário.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Subsede de Taubaté está participando do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com dois membros (um conselheiro efetivo e um suplente) da chapa eleita para a próxima gestão. A chapa é composta por 20 conselheiros efetivos e 20 suplentes e deverá responder pela direção da entidade nos próximos 2 anos. A eleição aconteceu no último dia 6 de julho e a chapa eleita é formada também por membros de outras entidades como APAE, OAB, CRAS e outras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como meta básica o estabelecimento de políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Segundo informações de Geraldo Rocha Assis Júnior, representante da Subsede junto ao CMDCA, “a próxima gestão pretende estabelecer um diagnóstico sobre a situação das crianças e adolescentes no município. Já existe convênio firmado, entre a atual gestão e a Universidade de Taubaté, para a realização de pesquisa que fará o diagnóstico. Nós pretendemos retomar este trabalho, para posteriormente propor medidas para as crianças e adolescentes”.

Ainda de acordo com ele, a participação da Subsede no CMDCA faz parte de estratégia de ação conjunta com movimentos populares e sociais, visando ao fortalecimento da cidadania e à divulgação do Conselho Regional de Psicologia.

Fórum de Profissões que atuam em Saúde

A Subsede de Campinas está coordenando a formação de um Fórum de Conselhos de Saúde na cidade, através de seu representante no Conselho Municipal de Saúde, Esequiel Laco Gonçalves. O Fórum deverá realizar reuniões esporádicas e surgiu da idéia de socializar as preocupações que mais afligem os profissionais da área, visando embasar com mais eficácia a posição destes diante das políticas, ações e estratégias de saúde, já que o SUS - Sistema Único de Saúde - está sob direção municipal.

No dia 6 de julho foi realizada reunião do Fórum, com a presença de representantes de 8 Conselhos e da secretária municipal de Saúde, Carmen Cecília de Campos Lavras. Na ocasião foram discutidas questões referentes à saúde no município, como o risco de epidemias causadas por doenças consideradas erradicadas, o financiamento para a saúde no município e a questão das licitações de medicamentos, que requerem prazos e burocracias que emperram o SUS e abrem espaço para distorções. Foram também debatidos os recursos humanos e de equipamentos, considerados insuficientes para a demanda do município.

Em relação à saúde mental, foram discutidos estudos para sintonizar a rede com trabalho já implantado junto ao Hospital Cândido Ferreira, envolvendo também as duas universidades da cidade, UNICAMP e PUCCAMP.

De acordo com informações de Esequiel Gonçalves, novas reuniões do Fórum serão promovidas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da área da saúde, acompanhando a política e ações do Governo Municipal. Ainda de acordo com o representante do CRP-06, junto ao Fórum, já se nota certo entrosamento entre os Conselhos e a meta da coordenação é conseguir a adesão definitiva dessas entidades. Gonçalves acredita que a experiência de Campinas poderá ser implantada em outras cidades da regional.

O CRP e os Conselhos Municipais

Os profissionais de Assis estão discutindo a participação da Subsede nos Conselhos Municipais, como o de Saúde e Infância e Adolescência, nos quais os psicólogos hoje têm assento. Como a participação deles nesses Conselhos não decorre de uma representação exclusiva do CRP, mas de diversas entidades e associações, a Comissão Gestora da Subsede está organizando reuniões periódicas com as entidades e associações representadas para informar o andamento, discussões e propostas em curso em cada Conselho e ponderar sobre a linha de atuação dos representantes.

De acordo com informações da Subsede, embora os dois Conselhos tenham sido criados por mecanismos bastante diferenciados, ambos contemplam a possibilidade de participação de entidades e associações de profissionais liberais. Para eles, participar dos conselhos municipais tem sido importante, não pelo status que o lugar

confere, mas pela ocupação de um espaço democrático na discussão das questões que nortearão as políticas públicas que irão garantir os direitos do cidadão.

No Conselho Municipal de Saúde, instituído com a criação do Fundo Municipal de Saúde, o CRP-06 está representado por Carlos Rodrigues Ladeia, escolhido pelas entidades e associações de profissionais liberais. Na opinião do psicólogo, a instituição hoje enfrenta três crises: de representatividade e legitimidade, de conhecimento e de estrutura e organização.

No que diz respeito à representatividade, Ladeia identifica o problema “com a falta de vínculos com o dia-a-dia do usuário do sistema de saúde e com a quase inexistência de setores organizados, que possam servir de elo com a base”. Ladeia afirma também que há um desconhecimento das necessidades reais dos usuários, dos problemas existentes e das potencialidades reais do sistema. Junte-se a isso o desconhecimento de alternativas possíveis para a solução dos problemas. Nas questões referentes à estrutura e organização, o psicólogo aponta problemas para a viabilização do funcionamento do Conselho, no cumprimento de atribuições como a formação das comissões de trabalho.

Já para Odete Maria Polizer, representante da Subsede junto ao Conselho Municipal da Infância e Adolescência, “a grande dificuldade sentida no funcionamento da instituição é o próprio exercício da democracia, ou seja, a não participação efetiva da comunidade na discussão dos projetos”.

Horário de plantão nas subsedes

SUBSEDE	DIA	HORA	RESPONSÁVEL
ASSIS	Terça-Feira	16:00 às 18:00	Ana Maria Uliana
	Quinta-Feira	13:00 às 14:30	Maria Cristina Vendramel
	Quinta-Feira	16:00 às 18:00	Ana Maria R. de Carvalho
CAMPINAS	Terça-Feira	13:30 às 16:30	Maria D. Monteiro Lucarelli
	Quinta-Feira	13:30 às 16:30	Terezinha Maia Martinowky
C. GRANDE	Segunda-Feira	14:00 às 16:30	Sandra M. F. Amorim (Corumbá)
	Segunda-Feira	15:00 às 16:30	Marina M. Ribeiro
	Terça-Feira	16:00 às 18:00	Alexandra G. Castro
	Quinta-Feira	15:00 às 17:00	Marina M. Ribeiro
	Sexta-Feira	14:00 às 16:00	Sandra M. F. Amorim (Corumbá)
CUIABÁ	Quarta-Feira	13:00 às 15:00	Maria José da Silva Rado
	Sexta-Feira	13:00 às 15:00	Álcione S. P. Medeiros
RIB. PRETO	Terça-Feira	14:00 às 17:00	Maria C. Maciel Vera
	Quinta-Feira	15:00 às 17:00	Aparecida B. dos Reis
SANTOS	Terça-Feira	15:00 às 20:00	Plínio Alvarenga
	Quinta-Feira	15:00 às 20:00	Plínio Alvarenga
S. J. R. PRETO	Terça-Feira	14:00 às 16:00	Lourdes de Fátima Genaro
	Quinta-Feira	14:00 às 16:00	Teninson Leite Milhomem
STO ANDRÉ	Segunda-Feira	16:00 às 18:00	Rosemeire Foltran
	Quarta-Feira	15:00 às 18:00	Tânia M. G. Nardini
TAUBATÉ	Segunda-Feira	16:00 às 18:00	Sérgio Ricardo Donda
	Terça-Feira	12:00 às 14:00	Geraldo Rocha Assis Jr.
	Quarta-Feira	16:00 às 18:00	Helena M. de Moura Herye
BAURU	Os horários e dias de plantão serão fornecidos na próxima edição do Jornal do CRP		

Mogi das Cruzes discute Psicologia e Cidadania

Para comemorar os 25 anos de existência da Faculdade de Psicologia de Mogi das Cruzes, o Conselho do departamento de psicologia está convocando professores, alunos e ex-alunos a participarem do Congresso de Jubileu de Ouro de Psicologia - UMC.

O evento terá como tema central "Psicologia e Cidadania" e serão avaliados os resultados obtidos pela faculdade desde sua fundação, passando por debates sobre currículos, métodos, programas e orientações.

Como o departamento de psicologia está encontrando dificuldades para localizar os ex-alunos, solicita que estes entrem em contato com a comissão organizadora do congresso, pelo telefone (011) 469 - 5333 ramal 255 ou pelo fax (011) 469 - 2490.

Técnicas de exame psicológico

O Instituto de Psicologia e a Sociedade de Psicologia de São Paulo promovem nos dias 26 e 27 de agosto o I Encontro de Técnicas de Exame Psicológico: ensino, pesquisa e aplicações. O evento se realiza no Instituto de Psicologia da USP e tem como objetivos refletir sobre o papel das técnicas de exame psicológico nas diversas áreas de atuação do psicólogo, discutir as dificuldades e experiências relativas ao ensino das diversas técnicas e promover a troca de experiências sobre o trabalho com as técnicas. Maiores informações pelos telefones (011) 818 - 4185 ou 818 - 4174 ou ainda pelo fax (011) 813 - 8895.

Dia do psicólogo

Dia 27 de agosto é o dia do psicólogo. Todas as Subsedes da sexta região estão planejando eventos, palestras e debates em comemoração à data. Quem tiver interesse em participar, deve procurar informações diretamente com os coordenadores de cada local. Também em São Paulo a data será comemorada. Informe-se pelo telefone 574-7133, a partir de meados de agosto. E fique atento ao envio de uma mala-direta com a programação do evento.

Semana da Psicologia

O Centro Acadêmico de Psicologia da UNESP-Bauru realiza, de 26 de setembro a 1º de outubro, a IV Semana de Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. O evento tem como tema central "O processo de intervenção da psicologia na sociedade" e será aberto a todos os interessados, aos alunos de psicologia e aos profissionais vinculados ao CRP-06.

Como parte da semana da psicologia, será realizado evento intitulado "Deliberações do Encontro Nacional da Psicologia - Processo Constituinte", com debates e palestras sobre os três grandes temas discutidos pela categoria: formação profissional, organização política dos psicólogos e exercício profissional.

Carteira de identidade

O CRP-06, através da Resolução número 06/94, de 17 de junho, instituiu procedimentos para destruição de carteira de identidade profissional do psicólogo que não tiver retirado o documento na sede do Conselho. Com esta Resolução, que entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, os psicólogos terão o prazo de 3 meses, a partir do deferimento de sua inscrição perante o CRP, para a retirada da carteira.

A carteira de identidade que deixar de ser retirada após o prazo estabelecido será inutilizada. Todos os profissionais com inscrições efetuadas e deferidas antes da vigência dessa Resolução também terão um prazo de 3 meses para retirada do documento de identificação profissional.

De acordo com o documento que regulariza a Resolução, a ementa se deve ao fato de que muitos profissionais deixam de comparecer ao Conselho para a retirada das carteiras. Isto provoca um acúmulo de papéis, causando danos à organização administrativa.

Psicologia do trânsito

A Associação Nacional de Psicologia do Trânsito - ANPSITRAN realiza, de 1 a 3 de setembro próximo, no Teatro Procópio Ferreira, Guarujá, o I Simpósio Brasileiro de Psicologia do Trânsito. O evento pretende reunir psicólogos e estudantes de psicologia interessados na área, para discussões e troca de experiências, além de formulação de propostas de encaminhamento para as questões relativas ao trabalho e à formação do psicólogo do trânsito.

ABRAPSO

A ABRAPSO-SP realiza, de 3 a 6 de setembro próximo, o seu V Encontro Regional, com o tema geral: A psicologia social e século XXI. Entre as mesas previstas será discutido o tema "O impacto das práticas alternativas nas áreas científicas".

Entre os profissionais convidados para os debates estão Maria Helena Vilas Boas Concone, da PUC de SP, e um membro do Conselho Regional de Medicina. O CRP - 06 também participa do evento, com um debatedor e um conselheiro coordenando uma das mesas.

Testes psicotécnicos

Os laboratórios Biosintética estão necessitando de endereços de clínicas de psicologia, para prestação de serviços em aplicação de testes psicotécnicos, nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e São José do Rio Preto. Os interessados devem entrar em contato pelo telefone (011) 491-8199, ou pelo fax (011) 491-4066.

Psicoterapias: a categoria se organiza

Depois da realização do Congresso Regional, os profissionais da área de psicoterapias já descobriram desdobramentos possíveis para a organização da categoria. O primeiro passo foi dado com a realização dos encontros setoriais, que discutiram questões como a formação do psicoterapeuta, as práticas alternativas, o mercado de trabalho e a inserção social do psicólogo.

Desde a realização do Congresso Regional, no entanto, os psicoterapeutas vêm realizando reuniões sistemáticas, na sede do CRP, para discutir formas de viabilizar uma melhor formação técnica dos profissionais, um trabalho mais acessível à população e à realidade brasileira. Mas a relação do psicólogo com os convênios e a qualidade de trabalho também tem se colocado como uma das preocupações do grupo, que pretende se manter articulado e ampliar sua representatividade, para traçar diretrizes de ação capazes de inserir o profissional no contexto social e político do país.

Segundo a psicóloga Erane Paladino, uma das coordenadoras da comissão de psicoterapias do CRP-06, “a partir da mobilização para o Congresso Regional, veio à tona a demanda da categoria, que trabalha muito isolada nos consultórios. Nós queremos manter o canal de comunicação com os profissionais da área e as reuniões estão abertas a todos os que quiserem participar, independentemente de uma participação anterior nos encontros setoriais”.

A comissão de psicoterapias do CRP reúne-se sempre às quartas-feiras, das 14:00 às 16:30, na sede do CRP, horário em que os interessados em participar das reuniões sistemáticas podem obter maiores informações.

Convênio legaliza diplomas estrangeiros

Reavaliar os papéis das instituições nos processos de validação de diplomas de psicólogos estrangeiros no Estado de São Paulo. Este é o objetivo do convênio que está sendo estudado pelo CRP-06 e USP.

Segundo o acordo de intenções em discussão, os psicólogos deverão entrar com o pedido de legalização no Conselho Regional, que solicitará parecer da Comissão de Graduação da USP sobre a validação do diploma. Uma vez analisado o caso, com a comparação dos currículos, a Comissão de Graduação deverá enviar parecer ao CRP, para o fornecimento do registro profissional ou notificação ao psicólogo da necessidade de complementação curricular.

Pela lei em vigor, os psicólogos estrangeiros interessados em exercer a profissão no país podem entrar com o processo diretamente na USP para avaliação curricular. Paralelamente, existe a Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, segundo a qual os Conselhos Profissionais têm competência para fazer a validação de diplomas estrangeiros.

Com o novo convênio, a USP e o CRP pretendem estabelecer procedimentos e definir papéis tanto para o Conselho como para a Universidade, reconhecendo as limitações e autonomias das duas instituições. De acordo com o conselheiro Othon Vieira Neto, um dos interlocutores do CRP junto à Universidade nesta discussão, “o convênio reconhece que a validação de diplomas é competência da USP e o registro profissional deve ser dado pelo CRP, discriminando claramente as funções de cada uma das instituições”.

Concurso Público exclui psicólogos

Os psicólogos que trabalham na Secretaria Municipal do Bem-Estar Social estão sofrendo as primeiras consequências da reestruturação no quadro funcional da Prefeitura, realizado no ano passado, que os colocou como profissionais da Secretaria Municipal da Saúde. Devido a esta decisão, eles não poderão prestar concurso para o cargo de diretor de creche, onde eram aceitos antes da reestruturação. De acordo com informações da psicóloga Márcia de Castro Ferreira dos Santos, diretora da creche Municipal Suzana Campos Tauil, o cargo antes era preenchido por indicação, e foi uma reivindicação dos próprios diretores a abertura de concursos, só que antes eram aceitos psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e sociólogos, mas com a reestruturação, só assistentes sociais e pedagogos poderão prestar o concurso.

Segundo Rosana Monteiro de Souza, diretora da Creche Sabará há 14 anos, “com a realização do concurso, cerca de 80 psicólogos que hoje ocupam o cargo de diretores de creche serão demitidos, pois são funcionários comissionados e, portanto, não têm estabilidade no emprego”.

A diretora da Creche Sabará informou, ainda, que os psicólogos estão se mobilizando para tentar reverter a situação. De acordo com suas informações, o secretário do Bem-Estar Social, Adail Vetorazo, endossa

a reivindicação da categoria. As maiores resistências encontradas estão na Secretaria da Administração Pública, que argumenta já serem os psicólogos lotados na Secretaria da Saúde, o que cria um empecilho jurídico para seu ingresso em qualquer outra secretaria.

O projeto de reestruturação da Prefeitura já foi assinado pelo prefeito Paulo Maluf e votado parcialmente no dia 30 de junho pela Câmara dos Vereadores. Os psicólogos querem, agora, aprovar emenda onde se modifica o item referente aos profissionais aptos a prestar o concurso, incluindo-se a categoria dos psicólogos. A emenda será apresentada pelo vereador Marcos Cintra (PL), provavelmente em agosto, quando termina o recesso da Câmara. “Se os psicólogos sempre puderam ocupar o cargo, e alguns já são diretores de creche há muito tempo, por que agora não podem mais?”, indaga Rosana de Souza.

Para Márcia Santos, a saída dos psicólogos pode representar um retrocesso no trabalho realizado nas creches. “Muitos dos estudos que hoje existem nesta área são de psicólogos e nossa formação demonstra que temos perfil para o cargo. Todo o problema começou com a decisão de lotar o psicólogo na saúde, porque muitos profissionais trabalham em outras áreas”, afirma.

Psicologia Clínica e Clinicalismo

O **Jornal do CRP-06** publicou, em sua edição número 86 (março/abril), matéria intitulada “A decadência do Clinicalismo”. Tal matéria, uma reportagem feita a partir de depoimentos de diversos psicólogos clínicos, gerou uma saudável polêmica e a equipe editorial recebeu, em decorrência disto, diversas cartas, muitas das quais contendo severas críticas ao eixo adotado no texto.

É oportuno informar que a comissão de psicoterapias está organizando, para o segundo semestre, um debate com diversos psicólogos da área, para darmos continuidade e possibilidade efetiva aos profissionais de se posicionarem diante de questões tão fundamentais quanto polêmicas.

O objetivo principal da matéria era abrir a discussão sobre questões relevantes da prática da psicologia clínica. Neste mesmo sentido, achamos fundamental retomar alguns pontos abordados, à luz das cartas que nos foram enviadas.

O primeiro ponto que queremos abordar diz respeito à afirmação da reportagem de que os psicólogos clínicos são desmobilizados e isolam-se em seus consultórios. Algumas cartas criticaram essa afirmação e uma em especial, chega a dizer que a gestão está querendo fazer, para além das suas atribuições, o que chamam de “doutrinação” ou “burocracia doutrinária”, pois, supostamente “as posições políticas do psicólogo são problemas do mesmo enquanto cidadão”.

Neste sentido vale esclarecer o seguinte: a gestão vem procurando, e com muito esforço, conferir representatividade ao CRP e considera que cabe ao psicólogo sim, resgatar um lugar político pois entendemos que este não é referente apenas ao seu lugar enquanto cidadão. A psicologia e o psicólogo vêm ocupando espaços mais significativos e possuem, com sua possibilidade específica de intervir, uma inserção política indissociável de sua prática. É exatamente por isso que, ao contrário de doutrinação, temos tentado criar condição para que os psicólogos discutam, confrontem as questões fundamentais da psicologia, que são indissociáveis, repetimos, das questões da cidadania. Ao psicólogo e à psicologia não é mais possível permanecer em um lugar descomprometido, pois neste momento estaríamos perdendo o bonde da história e incorrendo em omissão.

Outras cartas discordam veementemente quanto às teses do isolamento profissional destes psicólogos.

Esse isolamento tem sido uma constatação que, para nossa grata surpresa, começa, a partir de tantas cartas, a ser amenizada. Os psicólogos clínicos que trabalham em consultórios particulares, quando se agrupam, acabam fazendo esta reunião a partir de referências técnico-teóricas, o que é necessário e reciclador para a continuidade interminável de sua formação. No entanto, para discussão de questões mais amplas, que envolvem a categoria como um todo, esta mobilização já não acontece, exceção feita para o grande contingente de psicólogos recém-formados ou formados há três, quatro ou cinco anos, que nos procuram para tratar das enormes dificuldades que encontram em exercer a psicologia clínica.

O segundo ponto a ser abordado diz respeito a afirmações contidas nas cartas de que a reportagem contém suposições sem bases científicas ou com dados que não possuem referências estatísticas.

É interessante ressaltar que a matéria não pretendia se constituir como um artigo científico e nem tampouco expor números conclusivos, uma vez que a mesma foi elaborada a partir de alguns depoimentos de psicólogos cujos nomes são devidamente citados. O objetivo, plenamente atingido, era o de abrir a discussão e não o de fechar, concluir ou criar estigmas.

O eixo adotado pela equipe editorial buscava exatamente tocar em questões “estigmatizadas” e “intocadas” e, até porque somos também psicólogos clínicos, temos clareza quanto à importância e seriedade de tais questões.

O terceiro ponto diz respeito à crítica contida em algumas cartas de que a gestão ataca e quer acabar com a psicologia clínica.

Cabe aqui retomar o título deste texto “Psicologia Clínica e Clinicalismo”. O neologismo usado no título da matéria é preciso, ao nosso ver, para responder a esse ingênuo equívoco. A psicologia clínica tem sido, e sempre será, uma área de atuação imprescindível do psicólogo, e de fundamental importância para a psicologia enquanto ciência. Não há dúvida que a prática clínica, seja num consultório particular ou fora dele, tem seu espaço firmado. O Brasil é, inclusive, um dos países que mais veio desenvolvendo e aumentando o número de pessoas que se beneficiam ou beneficiaram

de algum tipo de psicoterapia. O título da matéria não era e nem poderia ser “A decadência da psicologia clínica”, pois trata justamente do oposto: delimitar o campo e fortalecer a prática da psicologia clínica.

A expressão clinicalismo, no entanto, traduz propositalmente as distorções que vimos constatando e que buscamos rápida e seriamente discutir. A psicologia clínica não se restringe à prática de consultório particular. Ela é fundamental em ambulatórios e instituições de diversas naturezas. Desde as que trabalham com prevenção até as que buscam a recuperação de pacientes “crônicos” ou “cronificados”.

O que está irreversivelmente em questão é o *modelo clínico*. E porquê? Duas razões fundamentais merecem ser destacadas.

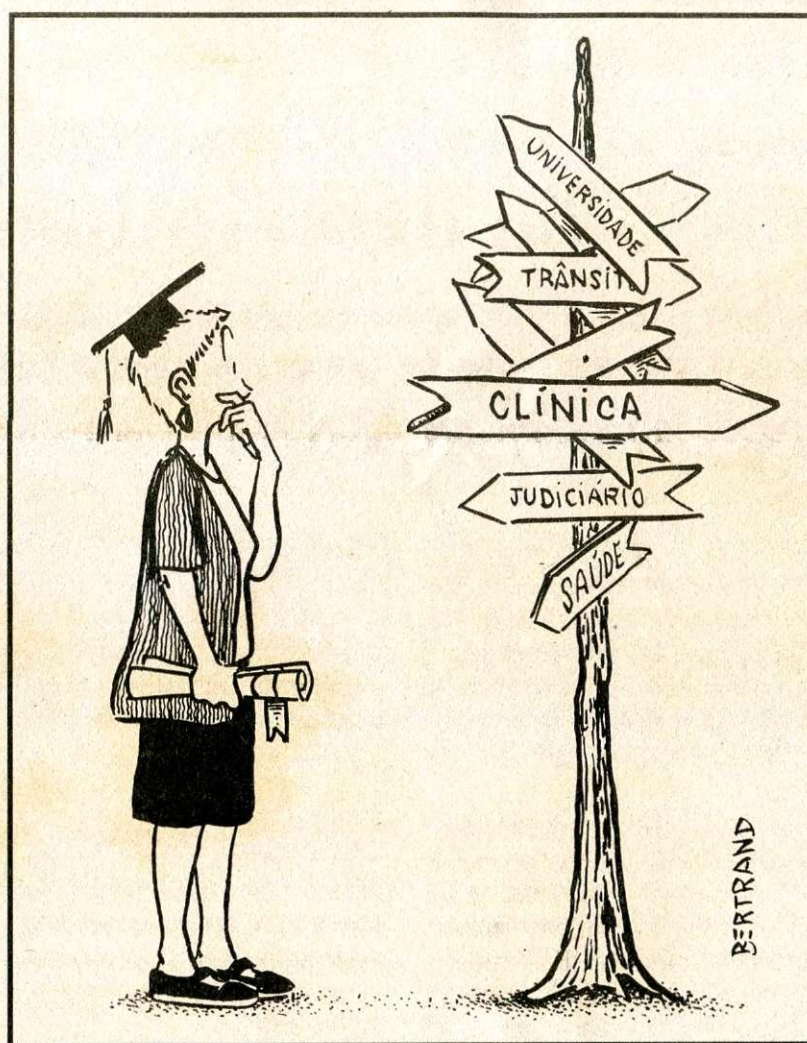
A primeira diz respeito ao que já foi apontado anteriormente, como o desenvolvimento das práticas psicoterápicas no Brasil. Isto é um fato. Diversas abordagens teórico-técnicas se difundiram e se afirmaram entre nós.

Nas últimas décadas assistimos a uma progressiva diminuição da demanda que afliu a consultórios particulares em função de determinantes extra-psicológicos. Por um lado, o modelo econômico vigente tem produzido uma diminuição da parcela da população que pode se servir de atendimento privado em saúde. Paralelamente, a política educacional implantada no final da década de 60 tem feito aumentar descontroladamente o desequilíbrio entre a oferta de serviços psicológicos privados e as demandas dos

usuários destes serviços. No âmbito do CRP-06 o número de psicólogos inscritos quase triplicou nos últimos 10 anos.

Além disso, vem ocorrendo mundialmente o interesse e a procura de práticas alternativas. Não é possível deixar de considerar que a busca de novas “alternativas” constituam-se também em um questionamento das alternativas anteriores. Podemos até analisar esta questão de forma antropológica, social ou cultural, mas precisamos nos perguntar acerca da prática que fazemos, em seu contexto mais amplo. Temos sido indagados quanto à eficácia, eficiência, objetivos. Os “pacientes” de outrora se colocam hoje até como “consumidores”. Não podemos simplesmente ficar alheios ou considerar que essas questões não devem atingir a nobreza da ciência, principalmente porque a psicologia clínica, com sua rica e vasta literatura, com suas valiosas contribuições à psicologia como um todo, veio produzindo seu saber, como bem assinalam as cartas, baseando-se em uma prática séria e conseqüente. Acreditamos que se ficarmos mais atentos e abirmos uma discussão séria acerca de nosso fazer, poderemos continuar produzindo saber.

A segunda razão se prende ao fato de que a psicologia, ao se desenvolver, vem



ganhando espaços significativos como já dissemos. Existe espaço que se não é quantitativamente expressivo, traz um importante movimento qualitativo. As áreas de atuação se diversificaram, as instituições se abriram. A psicologia vem ocupando um lugar para além dos consultórios. E já há um bom tempo. Isso também é fato. Mas de que forma? Muitos profissionais têm relatado o aprendizado que tem sido buscar sua especificidade, delimitar seu campo de atuação, constituir uma identidade profissional e a maioria se refere ao equívoco de se tentar aplicar o modelo clínico tradicional, ao invés de propor intervenções que consideram as novas realidades institucionais e suas complexas redes políticas.

Existem muitos trabalhos sérios e importantes neste sentido. Precisamos trocar, discutir, porque pensamos que a psicologia clínica tem sim, este espaço fora do consultório, mas encontra impasses. É necessário discutir a especificidade do psicólogo, a sua relação com equipes multiprofissionais, o seu lugar enquanto profissional de saúde, etc. Não podemos abrir mão das contribuições dos psicólogos clínicos na prevenção, tratamento e recuperação na área de saúde mental. Queremos pensar e delimitar claramente este lugar da psicologia clínica. Concluindo este ponto: "o clinicalismo como aplicação indiscriminada da psicologia clínica está decadente, porque ele contraria e distorce a prática psicológica".

O quarto e último ponto que a equipe editorial gostaria de assinalar diz respeito à formação do psicólogo. Recebemos várias cartas de faculdades e clínicas-escolas. Algumas traziam que o assento na psicologia clínica era natural, uma vez que esse ainda é o maior mercado. Outras contestavam a visão retrógrada da reportagem,

assinalando seus esforços para ampliar e atualizar a formação do psicólogo, não se restringindo mais à ênfase na psicologia clínica. Outras, ao mesmo tempo, reafirmaram a importância e destaque da psicologia clínica na formação.

Quanto a isso, temos a dizer que no geral, os cursos não têm atingido as transformações que afetam o país e por consequência, as alterações no mercado de trabalho, perpetuando a ilusão de que existem oportunidades para todos como prestadores de serviço privado. Para encerrar queremos ressaltar que entendemos ser a formação do psicólogo mais ampla e que os cursos de psicologia não formam psicoterapeutas como bem mencionam algumas cartas. No entanto, os nossos parâmetros a partir do contato com os profissionais formados nos últimos anos, ainda mostra que a ênfase e a idealização do modelo clínico particular permanece como herança da formação. Infelizmente o psicólogo acaba julgando sair um psicoterapeuta da faculdade, apesar de saber da deficiência da formação (já que o curso não objetiva globalmente isto) e das dificuldades que terá no mercado de trabalho.

O desejo de exercer psicologia clínica em consultório particular é legítimo e inquestionável. O que está em questão é a possibilidade de refletir e buscar, diante do irreversível desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e profissão, formas efetivas para os psicólogos atuarem, a partir de uma delimitação essencial de seu campo. A discussão está posta, esperamos ter contribuído ao demarcarmos estas questões não só para a reflexão, mas no sentido de mobilizarmos cada vez mais a discussão. Fiquem atentos para a divulgação prévia e até o debate.

Equipe editorial

LEI

A um passo da descriminalização

Dois novos projetos substitutivos sobre o tráfico e o uso de drogas estão tramitando no Congresso. Enquanto um pouco altera a velha lei, o outro separa traficante de usuário e propõe um tratamento diferenciado para ambos

A descriminalização das drogas poderá deixar de ser assunto proibido no Brasil, onde muito se fala mas pouco se entende sobre a questão. Isso porque estão tramitando no parlamento dois projetos de lei, substitutivos à Lei 6.368, de 1976, que visam alterar a atual situação dos usuários de drogas.

Hoje, quem é pego com drogas, não importa a quantidade ou se é dependente ou não, é detido, tratado como marginal comum, sujeito a pena de prisão, exposto a humilhações e execrado pela sociedade. Em outras palavras, o usuário deixa de ser um cidadão e é abandonado à sua própria sorte.

Segundo Celi Denise Cavallari, conselheira do CRP e coordenadora da Comissão de Saúde, a lei que hoje trata do assunto é míope, conserva o ranço autoritário do período militar e vem trancafiando num mesmo cárcere traficantes e simples usuários, sem critérios ou diferenciação. Aos olhos da lei ambos merecem o mesmo castigo: a cadeia — um por usar e o outro por difundir. "Finalmente o assunto está sendo tratado com a seriedade que merece pela Câmara dos Deputados, em Brasília, e logo esperamos separar o joio do trigo, e dar ao usuário o apoio e a informação que ele deve ter como cidadão."

Caso de saúde — Os dois projetos substitutivos que estão tramitando no Congresso têm como autores os deputados federais Elias Murad (PSDB-MG) e Eduardo Jorge (PT-SP). Para Celi, a apresentação dos projetos por si só já representa um avanço, mas é necessário observar qual deles tem realmente o compromisso de mudar radicalmente a atual situação. "É preciso que fique claro que descriminalizar não é consentir com a disseminação das drogas, mas possibilitar meios de prevenir seu uso indevido com a informação e a ajuda aos usuários, tal como ocorre nos países desenvolvidos."

Para a psicóloga, o primeiro projeto de lei, do deputado Elias Murad, não altera em quase nada a lei original, pois mantém os velhos critérios que distinguem as drogas e entorpecentes apenas como lícitos e ilícitos, e continua tratando o assunto como caso de polícia e não como caso de saúde. Um dos seus artigos impõe ao usuário pena de prisão por "adquirir, receber, guardar, trazer consigo, mesmo em pequena quantidade, substância entorpecente ou droga etc".

Já o projeto elaborado pelo deputado Eduardo Jorge altera significativamente a situação do usuário de droga — dependente ou não —, impedindo que ele seja

fichado e punido como se fosse um marginal e estigmatizado pela sociedade. "O deputado Eduardo Jorge propõe um outro entendimento da matéria que muda o conceito de uso de drogas." Ou seja, o parlamentar trata com firmeza a questão, propondo inclusive a criação de programas preventivos e informativos, destinados ao primeiro e segundo graus do ensino, abrangendo todas as variedades de drogas, desde as lícitas, como álcool e cigarro, às ilícitas, como a cocaína, maconha, "crack" etc.

Overdose — Isso não significa, porém, que não se aplique penalidades. O artigo sexto é bem claro nessa questão: "É vedado o uso pessoal de drogas, com ação no sistema nervoso central, em desacordo com os termos mediante os quais tenham sido aquelas drogas incluídas, regularmente, em listas elaboradas pelas autoridades sanitárias nacionais, para fins de controle ou proscrição, salvo autorização legal". Com isso o usuário poderá ser advertido, terá a droga apreendida, mas só estará sujeito à penalidade se houver resistência, desobediência ou desacato.

"Vale ressaltar que o projeto dá o mesmo tratamento às drogas consideradas lícitas. Nele o usuário de álcool que cometer infrações de trânsito ou acidentes ao dirigir embriagado estará sujeito às mesmas regras e penalidades." Para Celi, é importante desmistificar o assunto para torná-lo mais informativo e fazer com que os usuários de drogas não se sintam constrangidos de buscar auxílio quando necessitarem, e não apenas em casos de overdose ou de crises pessoais e familiares.

AIDS — A exemplo do que ocorreu com os índices de usuários de drogas contaminados pelo vírus HIV em países europeus, a situação pode mudar também no Brasil. Com maior informação, os programas de prevenção serão mais eficientes. "É importante destacar que na Austrália e em vários países houve uma queda do número de usuários de drogas contaminados pelo HIV, quando a sociedade civil decidiu criar um programa de prevenção específico. Hoje a aids está controlada entre os drogados." Segundo ela, no Brasil ocorre o inverso: amedrontam-se os usuários de drogas com ameaças e afastam-se as possibilidades de atuar na prevenção. "Só a informação não muda o comportamento; é preciso intervir para promover as mudanças nos indivíduos", conclui Celi.

A sociedade laudatória

Odair Sass

É surpreendente como a dinâmica social, em períodos de aprofundamento das crises sócio-históricas, brinda-nos com condutas paradoxais.

De repente, identificamo-nos com aliados inesperados ou rompemos vínculos que havíamos jurado serem eternos; recusamos procedimentos consagrados cientificamente em nome da “crítica” e sem crítica - mas em nome dela acatamos novos procedimentos, simplesmente porque se autoproclamam como as últimas novidades; abrimos mão da crítica à modernidade não realizada por uma adesão acrítica à pós-modernidade que não se sabe bem o que é, e cujos defensores protegem-na denominando de reação conservadora a todo esforço de crítica que lhe é endereçada.

Uma resultante desses paroxismos é a aparente volatividade dos fatos sociais, que rigorosamente serve à manutenção do irracionalismo da sociedade de classes. Essa volatividade é tão forte que leva muitos a suporem como avanço da razão e como posição crítica a adesão pura e simples a novas perspectivas de solução para o homem. Propõem-se novos paradigmas sob o pretexto da morte de paradigmas clássicos; as teorias críticas da sociedade de Marx e Freud, são abandonadas e juradas de morte enquanto que as condições objetivas dessa sociedade, que de fato matam a possibilidade do pleno desenvolvimento do indivíduo e transformam o trabalho vivo em trabalho morto, permanecem intocáveis ou são até mesmo enaltecidas. Acusa-se a ciência - forma moderna e superior de razão crítica - de ser a culpada das mazelas e perversidades do mundo e procura-se substituí-la por formas intuitivas de conhecimento que propugnam o fim das especialidades e a totalização do objeto de estudo.

Nessas condições, torna-se compreensível que uma área do conhecimento que se faz prática exatamente porque está inserida no trato das relações sociais, como é o caso da psicologia, fica vulnerável aos paroxismos mencionados. A partir das solicitações que são feitas aos psicólogos poderemos entender melhor a própria dinâmica social em crise.

Nesse sentido, é curioso refletir sobre os entendimentos paradoxais suscitados pelo laudo psicológico, tanto entre os próprios psicólogos quanto em outros segmentos sociais. A par da cega aceitação do laudo psicológico, há uma rejeição igualmente cega à elaboração de documento técnico sobre a intimidade do sujeito. Psicólogos recusam os instrumentos historicamente construídos, sob variados pretextos, enquanto leigos reivindicam a utilização de tais instrumentos para justificar a condição subjetiva da pessoa.

Registremos algumas situações recentes:

1 - o senhor Pedro Collor, logo depois de ter proferido as denúncias públicas de corrupção contra o governo e em particular contra o seu irmão, viajou para São Paulo a fim de obter um laudo psicológico que atestasse sua sanidade mental. Dessa maneira, protegeu-se de eventual alegação de insanidade ou de desequilíbrio por causa de seu comportamento;

2 - a imbecilização de crianças brasileiras que são avaliadas por testes psicológicos de nível mental, muitos dos quais não foram padronizados para a população brasileira, e que passam a ser justificadores de um sistema escolar excludente. O laudo psicológico é utilizado para excluir os filhos dos segmentos sociais mais atingidos pela perversidade da lógica do capital;

3 - a avaliação psicológica é utilizada para sustentar a decisão judicial que mantém ou destitui o pátrio poder - figura jurídica de paternidade. Em alguns casos, a autoridade judicial decide pelo isolamento dos filhos de seus próprios pais ou responsáveis; muitas vezes, apenas, porque estes são pobres. Outras situações mais frequentes dizem respeito ao recurso do laudo psicológico para decidir quem ganhará a guarda dos filhos (pai ou mãe) nos casos de separação litigiosa de casais.

Estes exemplos são suficientes para continuar a reflexão acerca da psicologia e das exigências sociais hodiernas.

Dos exemplos mencionados anteriormente e de outros que poderíamos arrolar, é interessante destacar a regressão dos fatos sociais complexos a puros fenômenos psicológicos. Assim, os tecnocratas que não conseguem controlar a inflação brasileira - e com certeza nem poderiam fazê-lo -, afirmam que em última instância ela tem um forte componente psicológico, isto é, há uma expectativa social dos aumentos dos preços; às vezes, recorrem também à física para denominá-la de inflação inercial. Da mesma maneira, a esfera jurídica comporta-se regressivamente depositando nos laudos psicológicos e psiquiátricos o desfecho de decisões daquela esfera.

Se, como já se disse, este país privilegiou os economistas, durante a ditadura militar - basta lembrarmos os “oposicionistas” de hoje; senhores Roberto Campos e Delfim Netto -, e se estamos em plena vigência da “república dos advogados”, a partir da “Nova República”, há que se evitar a “república dos psicólogos” e a decorrente “ditadura dos laudos”.

Evitar a ditadura dos laudos decorrente das exigências de uma sociedade laudatória por certo não é tarefa simples. Talvez a maneira adequada de formular a questão seja a seguinte:

evitar a redução da complexa dinâmica social a fenômenos psicológicos implica superar a organização atual da própria sociedade.

Algumas consequências dessa maneira de ver o problema são as seguintes:

1 - se é exigida da psicologia a produção de laudo técnico que apenas refere uma determinada ação que lhe é exterior (jurídica, saúde, educacional, etc.), somente lhe resta a posição de ser crítica de si mesma; isto é, a psicologia em tempos nebulosos deve ser autocrítica, visto que ela também é parte integrante da crise social, e não deve corroborar atos de perpetuação das condições sociais vigentes;

2 - nesses termos, de pouco servirá, para a exigível transformação da sociedade, a recusa dos psicólogos em discutir consistentemente a dimensão técnica, além das dimensões profissionais e políticas, implicadas em suas atividades profissionais.

Por certo não está sendo dito nada de novo, apenas recuperando-se um procedimento que ainda está longe de ser esgotado. Articular as duas consequências acima equivale a dizer que é um imperativo categórico para os psicólogos não permitirem a regressão da dinâmica social exclusivamente à dimensão psicológica (psicologismo), na mesma medida em que não podem deixar de responder tecnicamente às demandas que lhes são impostas. Antes de livrarem-se de procedimentos técnicos, a duras penas desenvolvidos, talvez seja mais apropriado circunscrever com clareza os limites de suas utilizações e destinar com relação às finalidades e objetivos que os determinam.

Dizer que os testes psicológicos não testam e que as provas não provam constituem bons exercícios de crítica ideológica, mas não são orientadores nem para a prática profissional crítica e muito menos para a reformulação das próprias expectativas da sociedade.

Ignorar o tratamento técnico do assunto equivaleria a fazer a “política do avestruz”, que diante de situações de tensão enfia a sua cabeça dentro de um buraco.

Refletir sobre a situação das crianças paulistas que são encaminhadas para avaliação psicológica (testes de nível mental) como potenciais candidatas às classes especiais pode ajudar-nos a dimensionar o problema levantado.

Os psicólogos que trabalham na rede básica de saúde pública adotam, grosso modo, duas posições: uns recusam-se a fazer a avaliação psicológica nas crianças porque corretamente identificam a perversidade do sistema de ensino; outros acatam sem qualquer ponderação os resultados obtidos pela criança em testes psicológicos inadequados para as finalidades estabelecidas ou testes não padronizados para a população-alvo.

Nos casos em que o psicólogo recusa-se a proceder à avaliação psicológica solicitada pelos professores e pela escola oficial - mencione-se que essa avaliação faz parte da legislação educacional vigente -, o resultado é igualmente perverso: os pais do aluno, pressionados para obter o laudo psicológico de seu filho, terminam por recorrer aos consultórios particulares.

A conclusão é inevitável: em nome da crítica aos instrumentos psicológicos, os profissionais não apenas referendam a perversidade do sistema de ensino como também transferem para os pais o ônus, inclusive financeiro, de convalidar a imbecilização do próprio filho.

É diante de situações como essa, que acabamos de descrever, que os psicólogos devem se manifestar enfaticamente. É correta a recusa pura e simples dos testes psicológicos? Ou eles podem ser adequados à realidade brasileira, aplicados criteriosamente e utilizados criticamente? É possível a crítica dos procedimentos psicológicos convencionais ou eles são produtos positivistas e ideológicos, inexoravelmente contaminados? A questão fica resolvida se houver a substituição de uma avaliação psicológica estática por uma avaliação processual baseada, digamos, no construtivismo piagetiano? Ou, em termos gerais, o problema é resolvido pela substituição de um instrumental acrítico por um instrumental supostamente crítico? Ou, ainda, trata-se da abolição de todo e qualquer instrumental até aqui desenvolvido?

Poderíamos multiplicar os exemplos, de acordo com a área de atuação do psicólogo (saúde, justiça, trânsito, etc.), bem como desfiar um rosário de indagações, mas nos termos aqui estabelecidos tal procedimento seria pura repetitividade.

É mais produtivo fazer um corte e repor a questão básica: muitas das exigências que têm sido impostas à psicologia são exigências de uma sociedade que, em nome da democracia e dos direitos individuais, propugna os laudos técnicos.

Também em nome da democracia e da construção de uma sociedade em que o indivíduo seja de fato sujeito e não objeto reafirmamos que: 1) a psicologia não deve abrir mão de sua especificidade, como corpo teórico e técnico, ao conhecimento científico, cedendo sem resistência a propostas discutíveis de interdisciplinariedades/multidisciplinariedades; 2) deve subordinar os seus procedimentos técnicos à crítica de si mesma, tanto quanto a sociedade laudatória que, como o canto da sereia, tenta atrair os psicólogos para instaurarem a “ditadura dos laudos”.

Odair Sass é Conselheiro-Presidente do CRP - 06